

**UFRRJ**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM**  
**NEGÓCIOS**

**GESTÃO CONTÁBIL: OS SERVIÇOS CONTÁBEIS NA**  
**MICRO E PEQUENA EMPRESA NO MUNICÍPIO DE**  
**NOVA IGUAÇU - RJ**

**ARLINDO DE OLIVEIRA FREITAS**

**Seropédica, RJ**  
**Março de 2004**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS

GESTÃO CONTÁBIL: OS SERVIÇOS CONTÁBEIS NA MICRO E PEQUENA  
EMPRESA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ

ARLINDO DE OLIVEIRA FREITAS

Dissertação submetida como requisito parcial  
para obtenção de grau de **Mestre**, no Curso de  
Pós-Graduação em Gestão Estratégica em  
Negócios da Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro- UFRRJ.

SEROPÉDICA, RJ.

MARÇO DE 2014

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F862g Freitas, Arlindo de Oliveira, 1965-  
Gestão contábil: os serviços contábeis na micro e  
pequena empresa no município de Nova Iguaçu - RJ /  
Arlindo de Oliveira Freitas. - Seropédica, 2004.  
61f. f.: il.

Orientador: Maxwell Ribeiro Moreira.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Mestrado Profissional  
em Gestão e Estratégia em Negócios, 2004.

1. Micro e pequenas empresas. 2. Contabilidade. 3.  
Informações contábeis. I. Moreira, Maxwell Ribeiro,  
1956-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Programa de Mestrado Profissional em  
Gestão e Estratégia em Negócios III. Título.

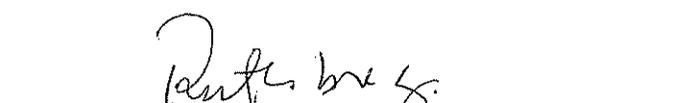
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E  
ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS

ARLINDO DE OLIVEIRA FREITAS

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia em Negócios, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão e Estratégia em Negócios**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/03/2004

  
Dr. Maxwell Ribeiro Moreira (DeCE- UFRRJ)  
(Orientador)

  
Dr. Ruthberg dos Santos (DCAC- UFRRJ)  
(Membro)

  
Dr. Jorge Ribeiro dos Passos Rosa (Univ. Gama Filho)  
(Membro externo)

Seropédica, 16 de março de 2004

*Dedico este trabalho à minha esposa e companheira Silvana,  
aos meus filhos Igor e Isabela, razão principal de todos os esforços.  
À minha família.*

*Agradeço a Deus por tudo que me foi permitido.  
Agradeço especialmente à minha família, ao meu orientador, aos colegas de mestrado,  
aos professores e a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para a  
realização deste trabalho.*

## RESUMO

Freitas, Arlindo de Oliveira. **Gestão contábil: os serviços contábeis na micro e pequena empresa no município de Nova Iguaçu – RJ**. Seropédica: UFRRJ, 2004. 66p (Dissertação, Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia em Negócio).

Este trabalho desenvolve um estudo objetivando identificar os serviços contábeis que são oferecidos às micro e pequenas empresas no município de Nova Iguaçu – RJ. O estudo sistematiza as informações contábeis que contribuem para execução das atividades das pequenas empresas. Igualmente busca verificar quais os relatórios de natureza contábil que mostram os registros da promoção de seu crescimento de forma contínua e sustentada. Aponta as fases do ciclo de vida organizacional das empresas em geral. Aborda a definição de informação contábil bem como os relatórios gerados pela contabilidade. Evidencia de que forma os serviços contábeis são prestados às micro e pequenas empresas. Os principais passos da metodologia utilizada para a preparação deste trabalho inclui planejamento, tipo de estudo, caracterização da população, plano amostral, instrumento e estratégia para a coleta de dados. A partir da análise dos dados levantados na pesquisa de campo, realizada junto aos contabilistas do Município de Nova Iguaçu – RJ, apresenta-se uma reflexão crítica sobre o uso dos relatórios contábeis oferecidos por estes profissionais, nos quais são apresentados os elementos indicadores de atuação pouco eficaz na gestão da micro e pequena empresa. Constatou-se que o nível dos serviços contábeis prestados pelos profissionais de contabilidade não tem conseguido atingir de forma eficaz o gerenciamento de micro e pequenas empresas.

Palavras-chave: micro e pequenas empresas – contabilidade - informações contábeis

## ABSTRACT

Freitas, Arlindo de Oliveira. **Countable management: the countable services in the micron and small company in the city of Nova Iguaçu- RJ.** Seropédica: UFRRJ, 2004. 66p (Dissertation, Professional Mastership in Management and Strategy in Business).

This work develops a study to identify the countable services that are offered to the micron and small companies in the city of Nova Iguaçu - RJ. The study systemize the countable information that contribute for execution of the activities of the small companies. It searches to verify which reports of countable nature show the registers of the promotion of its growth in a continuous and supported form. It points the phases of the cycle of organizational life of the companies in general. It approaches the definition of countable information as well as the reports generated for the accounting. It evidences how the countable services are given to the micron and small companies. The main steps of the methodology used for the preparation of this work include planning, study typology, characterization of the population, amostral plan, instrument and strategy for the data collection. From the analysis of the data raised in the field, made with accountants of Nova Iguaçu-RJ, this work presents a critical reflection on the use of the countable reports offered by these professionals, in which the indicating elements of low efficient performance in the management of the micron and small company are presented. It was evidenced that the level of the countable services given by the accounting professionals has not reached in a efficient way the management of micron and small companies.

Key-Words: micron and small companies – countable - countable information

## SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	5
2.2. CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DAS EMPRESAS.....	5
2.3. DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NO MERCADO BRASILEIRO.....	6
2.4. MORTALIDADE E ESTABILIDADE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA NO BRASIL.....	7
2.5. ALGUNS FATORES DE SUCESSO.....	9
2.6. GLOBALIZAÇÃO IMPULSIONANDO A MICRO E PEQUENA EMPRESA	10
2.7. DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES, SEGUNDO O SETOR DE ATI- VIDADES E O PORTE.....	11
2.8. CRESCIMENTO DO NÚMERO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA.....	12
2.9. CARACTERÍSTICAS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS .....	13
2.10. A CONTABILIDADE PARA AS PEQUENAS EMPRESAS.....	16
2.11. DIPLOMAS LEGAIS DA CONTABILIDADE.....	17
2.11.1. LEGISLAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL.....	17
2.11.2. LEI DA FALÊNCIA.....	18
2.11.3. LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÃO.....	19
2.11.4. CÓDIGO CIVIL.....	19
2.11.5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	19
2.11.6. SIMPLES – SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	20
2.11.7. LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	20
2.11.8. LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL.....	21

2.12. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE.....	22
2.12.1. A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA SOCIAL.....	22
2.12.2. O PATRIMÔNIO OBJETO DA CONTABILIDADE.....	22
2.12.3. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE.....	24
2.12.4. DOS OBJETIVOS DA CONTABILIDADE.....	25
2.12.5. DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELA CONTABILIDADE.....	26
2.12.6. DOS USUÁRIOS DA CONTABILIDADE.....	27
2.13. O CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL E A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE.....	28
2.13.1. OS DIVERSOS MODELOS DE CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL.....	30
2.13.2. O CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL SEGUNDO KAUFMANN.....	32
2.13.3. A RELAÇÃO ENTRE O CICLO DA VIDA ORGANIZACIONAL E A CONTABILIDADE.....	36
3. METODOLOGIA DO ESTUDO.....	42
3.1. TIPO DE ESTUDO.....	42
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	43
3.3. PLANO AMOSTRAL.....	43
3.4. INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	44
3.5. LIMITAÇÕES.....	44
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	45
4.1. PERFIL DA POPULAÇÃO PESQUISADA.....	45
4.2. TEMPO DE SERVIÇO.....	45
4.3. SE EXERCE OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL ALÉM DE CONTABILISTA.....	45
4.4. SERVIÇOS CONTÁBEIS.....	46
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	54
ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	56

## 1. INTRODUÇÃO

No momento atual, quando presenciavam-se profundas modificações no ambiente socioeconômico em escala global, existe necessidade de informações, cuja credibilidade seja comprovada para o gerenciamento das organizações e para o planejamento das políticas de desenvolvimento.

A ausência dos registros contábeis é uma das principais dificuldades para se avaliar a economia informal, fato que distorce as estatísticas no Brasil. O desconhecimento da realidade econômica nacional gera decisões completamente desassociadas da realidade econômica das empresas e da sociedade em geral, causando prejuízos irrecuperáveis ao País.

É, sem dúvida alguma, incontestável a importância das micro e pequenas empresas no contexto social econômico brasileiro.

Reconhecendo essa importância, é que o texto constitucional de 1988 estabeleceu em seu art. 179:

*“ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.<sup>1</sup>*

Assim sendo os entes federados (União, Estados e Municípios), têm criado legislações diferenciadas para incentivo ao crescimento e alívio da carga tributária dessas empresas, com o objetivo de que saiam da informalidade e assumam seu compromisso social de ente econômico.

No Brasil, existe um grande número de micro e pequenas empresas, muitas não conseguem completar três anos de atividade, pouquíssimas sobrevivem mais de cinco anos, ou seja, a taxa de mortalidade é elevadíssima. Levando-se em conta que muitos empregos estão em jogo, existe um problema social muito grave associado a este fato.

O Processo de Gerenciamento da micro e pequena empresa é caracterizado pelo

---

<sup>1</sup> Constituição Federal, 2000.

elevado grau de informalidade, dificultando o mapeamento dos indicadores de desempenho para controle de sua gestão. È, pois, neste contexto, que a contabilidade tem procurado assumir cada vez mais um papel de destaque no ciclo de vida das empresas. Para tanto, vem diversificando ao máximo o escopo de seus interesses e seu sistema de informações, nas diversas formas de evidenciação contábil.

Como forma de simplificar a arrecadação tributária a lei 9.317/96, de 05 de dezembro de 1996<sup>2</sup> criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES -, que dispensa as empresas enquadradas no sistema de escrituração contábil completa, apenas para efeito de arrecadação que é de fato a competência originária do Governo Federal. Ocorre que um sistema contábil não está restrito a prestar informações exclusivamente de natureza fiscal.

Desta forma o presente trabalho busca pesquisar que outras informações de natureza contábil os escritórios de contabilidade tem prestado às micro e pequenas empresas.

Considerando a legislação em vigor e em vista das avanços ocorridos no processo de gerenciamento da micro e pequena empresa, pode-se questionar: o nível dos serviços contábeis tem contribuído como instrumento e gestão no processo de tomada de decisão por parte dos empreendedores?

O objetivo desta pesquisa é:

- verificar e descrever os serviços contábeis ofertados pelos escritórios de contabilidade no município de Nova Iguaçu – RJ
- verificar a existência dos serviços contábeis que estão sendo oferecidos nas micro e pequenas empresas pelos escritórios de contabilidade de natureza não fiscal, a partir do estudo de caso dos escritórios de contabilidade.
- verificar as formas e procedimentos utilizados na divulgação dos serviços contábeis pelo escritório de contabilidade.

---

<sup>2</sup> Diário Oficial da União - DOU - de 06/12/96, pág. 25.973/7

Os serviços contábeis prestados pelos profissionais de contabilidade, não têm conseguido atingir de forma eficaz o objetivo de contribuir para o gerenciamento de micro e pequenas empresas.

As micros e pequenas empresas no Brasil são responsáveis por grande parte dos empregos oferecidos. Quando se decidir abrir uma empresa, deve estar bem claro que, para sua manutenção, apenas muito trabalho e atenção não são a garantia de sucesso.

O planejamento é a peça vital para a abertura e acompanhamento do novo negócio. Muitos ex-funcionários de grandes empresas, aproveitando as demissões incentivadas, juntaram suas economias e montaram seu próprio negócio.

Acostumados às asas protetoras de grandes estruturas, queimam suas economias, fecham sua empresa e como normalmente a idade já não lhes permite arrumar emprego, ficam em situação difícil.

De fato, o desemprego caminha junto com a micro e pequena empresa, como causa, onde o sócio-proprietário não consegue encontrar emprego e resolve abrir um negócio, ou como consequência, caso de falência.

No Brasil, as legislações, juntamente com a carga tributária, colocam um contexto ainda mais difícil, aumentando consideravelmente os gastos para constituição e manutenção de uma empresa.

Para começar um negócio duradouro, a experiência e a afinidade à atividade são de vital importância. A pesquisa e a coleta de informações ajudam a afirmar a certeza de escolher o ramo certo. Alguns segmentos de atividade não exigem grande experiência, como no comércio, o ponto (local de vendas) e o esforço de vendas ou a excelência do produto, podem garantir o sucesso.

O capital investido deve levar em conta todos os gastos que sofrerá a empresa por um período de jejum, visto que provavelmente, ficará um tempo sem vendas, divulgando seu produto no mercado.

As empresas de maior porte passaram a concentrar seus esforços nas atividades fim, ou seja, procura-se minimizar todas as tarefas que não agregam valor direto ao produto. Nestes termos, passou a existir no mercado uma série de micro e pequenas

empresas destinadas ao atendimento das atividades terceirizadas, desenvolvidas por outras empresas.

O processo de terceirização também tem considerável importância para a existência deste cenário populoso. Infelizmente, o Brasil apresenta uma elevada “taxa de mortalidade” das micro e pequenas empresas.

Segundo Ludwig (apud SILVA, 2001 p.18), *antigamente tocava-se um negócio na base da intuição. Hoje a administração de empresas de qualquer porte é uma ciência complexa. Morreram chavões do tipo: o olho do dono engorda o boi. É preciso liderança e conhecimento.*

Dados do SEBRAE (Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), demonstram que tanto empresas em atividade quanto extintas recorreram principalmente ao contador (46%) para conduzir ou gerenciar as empresas. Em razão de tal fato torna-se bastante significativa a investigação sobre que serviços o profissional da contabilidade tem colocado à disposição das pequenas empresas como instrumento de gestão.

Esta dissertação é composta por cinco capítulos.

No Capítulo 1 são apresentados elementos introdutórios ao estudo, enfatizando a questão básica, objeto da pesquisa e objetivo da mesma.

No Capítulo 2 é feita uma revisão de literatura, através de pesquisa bibliográfica, na qual procura-se demonstrar a importância de micro e pequena empresa, e os fundamentos da contabilidade como suporte ao seu gerenciamento.

No Capítulo 3, em face dos objetivos deste trabalho, procura-se mostrar em detalhes a metodologia da pesquisa, seu planejamento e o tipo de estudo.

No Capítulo 4, são apontados os principais resultados de pesquisa, discutindo-os e avaliando-os.

No Capítulo 5, são apresentadas as conclusões do estudo e as recomendações para melhorar a gestão contábil das micro e pequenas empresas.

A bibliografia e o anexo completam a estrutura do trabalho.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentam-se conhecimentos utilizados no desenvolvimento deste trabalho, relativos a micro e pequenas empresas, SEBRAE e os fundamentos legais e teóricos da ciência contábil.

### 2.1. Micro e Pequenas Empresas

O crescimento do número de micro e pequenas empresas no Brasil tem sido relevante nos últimos anos. Segundo o SEBRAE (2002), no período de 1990 à 1999 foram constituídas no Brasil 4,9 milhões de empresas, das quais 2,7 milhões eram micro e pequenas empresas.

### 2.2. Classificação do Porte das Empresas

Existem duas formas clássicas de classificação do porte das empresas brasileiras. Uma pelo modelo utilizado pelo SEBRAE e outra pela Legislação Tributária Brasileira.

A Tabela 1 mostra o critério adotado pelo SEBRAE para classificação das empresas:

**Tabela 1: Classificação das Empresas por Número de Empregados**

<b>Classificação de Empresas por Número de Empregados</b>	
<b>ME - Microempresa</b>	na indústria até 19 empregados e no comércio até 09 empregados.
<b>PE - Pequena Empresa</b>	na indústria de 20 a 99 empregados e no comércio/serviço de 10 a 49 empregados
<b>MDE - Média Empresa</b>	na indústria de 100 a 499 empregados e no comércio/serviço de 50 a 99 empregados
<b>GE - Grande Empresa</b>	na indústria acima de 499 empregados e no comércio/serviço mais de 99 empregados.

Fonte: SEBRAE, 2002.

A classificação do porte também poderá ser estabelecida pelo faturamento da empresa, porém, o Sebrae não dispõe de nenhuma fonte oficial ou base de dados que forneça essas informações, sendo considerado, então, como critério oficial e exclusivo do Sebrae, apenas o setor de atividade econômica e o número de empregados, disponíveis, por exemplo, nas bases de dados estatísticas do MTE – Ministério do

Trabalho e Emprego (RAIS, CAGED e CEE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (Cadastro Central de Empresas – CEMPRE).

A legislação brasileira, através da Lei Federal 02/12/1996, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 06/12/96 prevê a classificação anual da empresa.

- Micro e Pequena Empresa – Receita Bruta anual até R\$ 120.000,00;
- Pequena Empresa – Receita Bruta Anual acima de R\$120.000,00 até R\$ 1.200.000,00;
- Média Empresa – Receita Bruta Anual acima de R\$ 1.200.000,00.

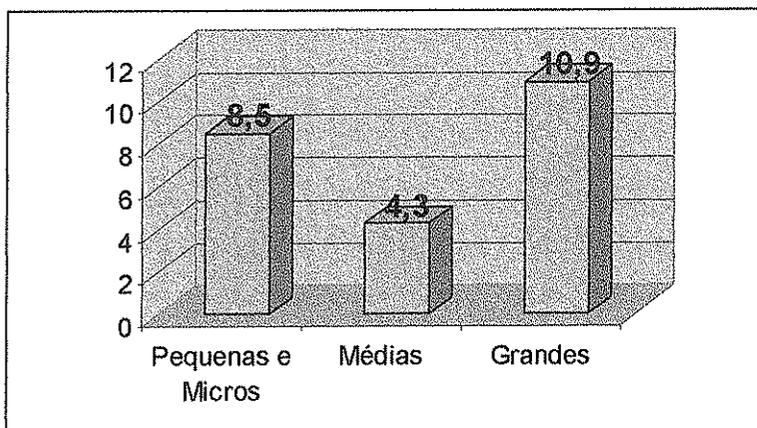
Nesta dissertação, utiliza-se a classificação do porte das empresas prevista pela Legislação Fiscal Federal e adotada pelo SEBRAE.

### 2.3. Distribuição da mão de obra no mercado brasileiro

As pequenas e micro pequenas empresas representam 99,3% do total de estabelecimentos comerciais e industriais do Brasil. Mas, no conjunto, empregam apenas 8,5 milhões de um total de 23,7 milhões de trabalhadores registrados na iniciativa privada e em estatais (Ramiro e Carvalho, 2002).

O gráfico 1 mostra a distribuição dos empregados das empresas brasileiras em pequenas, médias e grandes empresas

Gráfico 1: Distribuição dos Empregados das Empresas Brasileiras (em milhões)



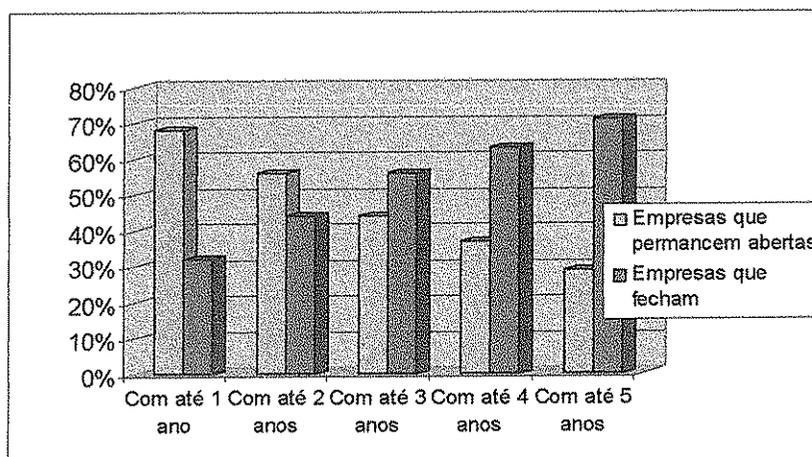
Fonte: CARVALHO e RAMIRO. IBGE (2002)

## 2.4. Mortalidade e estabilidade da micro e pequena empresa no Brasil

De acordo com Ramiro e Carvalho (2002), o povo brasileiro é um dos maiores empreendedores do mundo, estando apenas atrás de México, Nova Zelândia, Austrália e da Coreia. Vinte e cinco por cento (25%) dos brasileiros economicamente ativos são donos de empresas, representando em torno de 18 milhões de pessoas.

A cada ano muitos brasileiros tentam a vida como empreendedores, abrem empresas e passam dificuldades na manutenção dessas a longo prazo. O Gráfico 2 mostra o índice de mortalidade dos novos negócios no Brasil, considerando elevado.

Gráfico 2 - Mortalidade e Estabilidade da Micro e Pequena Empresa no Brasil



Fonte: SEBRAE (2002)

Muitas das empresas de sucesso, que estão surgindo, são praticamente um prolongamento do trabalho que os novos empresários executavam quando eram empregados. Já conhecem o mercado e suas dificuldades, facilitando o gerenciamento do negócio. A consolidação de uma empresa ocorre quando a mesma atinge mais de cinco anos no mercado.

As incubadoras (infraestrutura física e de informação para auxiliar empresas iniciantes a consolidar seus negócios, ligadas às universidades, prestando assistência, jurídica e administrativa de que precisam para entrar nos trilhos da estabilidade e do crescimento) também agregam elevada importância nos casos de sucesso.

Pode-se identificar alguns requisitos para um negócio ser bem sucedido (com base em pesquisas de Ramiro e Carvalho, 2002):

- ✓ conhecer o mercado em que pretende atuar;
- ✓ planejar gastos e estratégias de *marketing*;
- ✓ conhecer o perfil do cliente;
- ✓ não subestimar o concorrente, mantendo-se sempre informado sobre os seus movimentos;
- ✓ ter uma experiência profissional anterior na área, que ajude na condução do seu empreendimento;
- ✓ investir no negócio, muitas vezes em detrimento da aquisição de bens pessoais;
- ✓ trabalhar, trabalhar e trabalhar;

Rodrigues (2001) aponta algumas sugestões para o microempresário com problemas:

“faça uma radiografia da situação da empresa, considerando dados do mercado em que atua, como está posicionada e os critérios de gestão utilizados [...]. Transforme o planejamento em rotina. Mantenha um rígido controle sobre a gestão. Se for preciso, considere a troca de sócios ou a entrada de novos parceiros.p.61”

Souza (2000) aponta os dez erros gerenciais comuns cometidos por microempresários:

- ser centralizador em demasia;
- usar mal o tempo;
- ter visão fragmentada do negócio;
- pensar na empresa olhando só para o seu passado;
- achar que pode ter sucesso sozinho;
- dedicar muitas horas a tarefas operacionais;
- misturar interesses familiares com os da firma;
- desviar atenção, tempo, esforço e dedicação do foco principal de seu negócio;
- acreditar que já sabe tudo;
- imaginar que dá para construir uma empresa sem paixão.

## 2.5. Alguns fatores de sucesso

MICRO E PEQUENA EMPRESA 10 (2002), ressalta que um fator importante é o que o cliente pensa a respeito da empresa:

“Se acharem que estão, no telefone, sendo atendidos por uma empresa de grande estrutura física, financeira, tecnológica e ficam satisfeitos e dispostos a pagar por isto, então só nos cabe deixar assim, aperfeiçoando a atuação, mesmo sabendo, que não é a nossa realidade. Internet é uma ferramenta muito forte para o marketing de produtos, com um simples site na internet, pode-se atuar em espaços continentais, tornando as fronteiras ilimitadas, fato que agrega muito valor no mercado globalizado”.

O cliente é a peça mais importante para uma empresa que pretende o sucesso. Dependendo do tipo de negócio, o cliente pode ser abordado de diversas maneiras. Se for uma loja, o próprio ponto, o produto e/ou o preço oferecido vai atrair o cliente, mas se a atividade é exercida em local sem visitação, o empreendimento terá de chegar ao cliente e para isto; as visitas, os telefonemas, as correspondências, a *internet*, a comunicação “ boca-a-boca”, a publicidade, a distribuição de folhetos podem fazê-lo conhecido e então, o produto e o preço poderão angariar clientes suficientes para a manutenção da empresa (MICRO E PEQUENA EMPRESA 10, 2002).

Os colaboradores, se devidamente escolhidos e devidamente treinados, contribuirão, ao seu modo, da melhor maneira. O melhor funcionário é aquele que tem interesse no que faz. Todo esforço deve ser feito para achar auxiliares que gostem do que vão fazer e tenham interesse no bom resultado de seu trabalho.

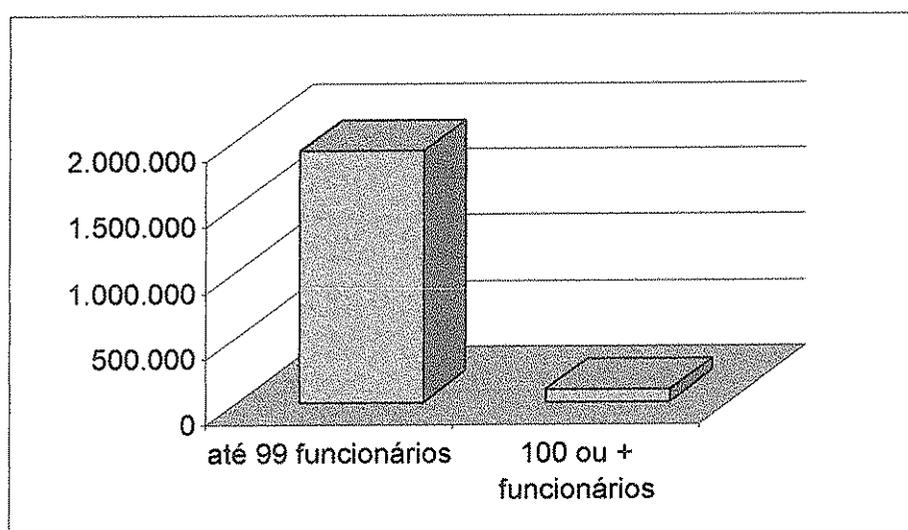
Não se fica rico com o fato de ganhar dinheiro, mas sim com a economia que se faz. Se a falta de lucro é um fator limitante para fazer “decolar” a empresa, dois caminhos podem-se tomar, ganhar mais ou gastar menos (BERGAMASCO, 2000).

Aceitar-se uma boa ajuda, pode ser um atalho para se atingir o sucesso de uma empresa. Tal auxílio pode ser encontrado em vários locais, tais como: SEBRAE, *sites* na *internet* dedicados a micro e pequenas empresas, consultorias, que sejam por empresas ou com próprios alunos de universidades, por exemplo, através das Empresas Juniores.

## 2.6. Globalização impulsionando a micro e pequena empresa

A pressão pelo aumento da produtividade motivada pela competição entre empresas multinacionais, provocou uma dispensa em grande escala ao redor do mundo. Apenas no Brasil, as empresas de grande porte, ou seja, aquelas com mais de 500 empregados e as de médio porte, entre 100 e 499, fecharam 434.000 vagas entre 1995 e 2000 (SEBRAE, 2002).

**Gráfico 3 – Percentual das Vagas Oferecidas pelo Porte das Empresas**



Fonte: BNDES *apud* Cunha, 2002.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que reúne o total de empresas formais no Brasil, de 1995 a 2000, as empresas de 100 ou mais funcionários criaram apenas 88.100 empregos. No mesmo período, as empresas de até 99 funcionários, considerados pequenos criaram 1,9 milhão de empregos (CUNHA, 2002).

Muitas pessoas estão optando pela abertura de pequenas empresas por motivação ou empurradas pelos processos de terceirização e planos de demissão voluntária (PDV's).

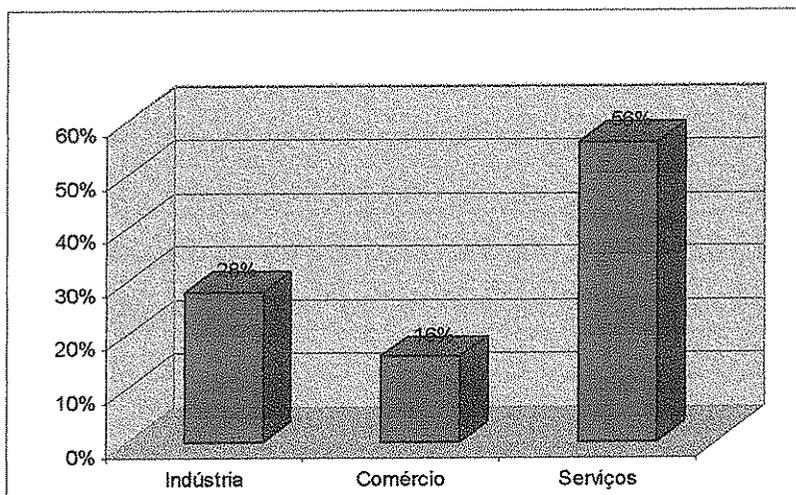
CUNHA (2002) aponta como fatores de transferência de mão-de-obra das grandes para as pequenas empresas: reestruturação dos negócios (terceirização), necessidade profissional (demissões), motivação, imagem das grandes empresas (algumas falências), empreendedorismo (sonho), tecnologia (conhecimento) e crescimento do terceiro setor (ONG's).

## 2.7. Distribuição dos trabalhadores, segundo o setor de atividade econômica e o porte

Esta seção objetiva mostrar a distribuição dos trabalhadores das empresas formais em relação ao setores de atividade econômica (Indústria, Comércio e Serviços) e ao porte.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2002) , dos 27,2 milhões de trabalhadores existentes nas empresas formais, 28% estavam na Indústria, 16% no Comércio e 56% nos Serviços.

Gráfico 4 – Distribuição do Número de Trabalhadores nas Empresas Formais, segundo Setor de Atividade (%)



Fonte: Relação de Informações Sociais – RAIS – TEM (2002)

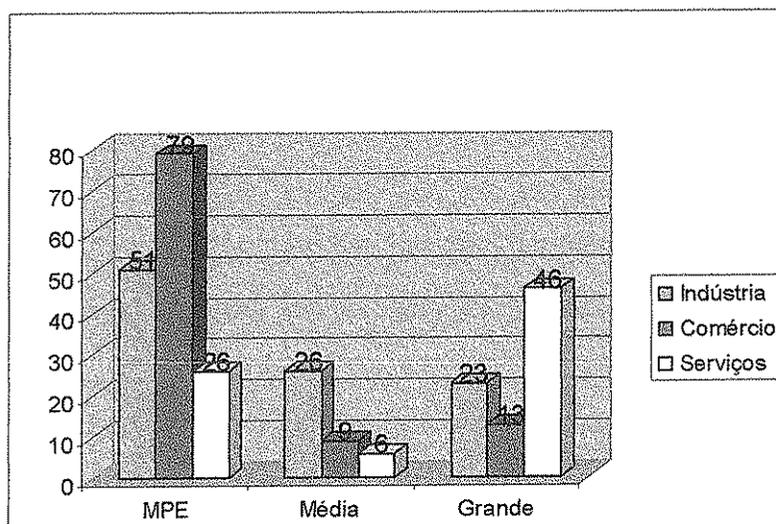
Quanto ao porte, as micro e pequenas empresas formais são responsáveis por 41,4% dos postos de trabalho, as médias 12,3% e as grandes por 46,3% (MPE, 2002).

Observando o número de trabalhadores em cada setor de atividade econômica, segundo o porte, nota-se que na Indústria as micro e pequenas empresas respondem por 51% dos trabalhadores formais, as médias por 26% e as grandes por 23%.

No comércio, cerca de 78% dos postos de trabalho formais estão nas MPE, 9% nas

médias empresas e 13% nas grandes. Nos serviços, são as grandes empresas que respondem por mais de dois terços dos empregos formais (68%). As micro e pequenas empresas participam com 26% dos postos de trabalho e as médias com 6%. O gráfico 5 apresenta os resultados.

Gráfico 5 – Distribuição do Número de Trabalhadores nas Empresas Formais, segundo o setor de atividade e o porte (%) - 2001



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS 2001 - MTE

## 2.8. Crescimento do número de micro e pequenas empresas

O Brasil tem mais de 2 milhões de micro e pequenas empresas, que empregam 36 de cada 100 trabalhadores. Elas têm papel fundamental na economia nacional, uma vez que as pequenas e micro são responsáveis por cerca de 20% da riqueza do país (Ramiro e Carvalho (2002).

De acordo com Ramiro e Carvalho (2002), o trabalho sem patrão é fruto de uma revolução que começou no final da década de 1970. Nos últimos 20 anos, o modelo de gerenciamento das empresas passou por uma reviravolta. A produtividade cresceu num ritmo alucinante. Em empresas na vanguarda da tecnologia, um único trabalhador produz o mesmo que 25 deles há duas décadas. O fenômeno de diminuição do emprego formal e aumento das iniciativas econômicas individuais é mundial. Nos EUA, em

1977, apenas 7% das pessoas se descreviam como empresários. Em 2000, já eram 26%. Estima-se que serão 41% em 2008.

O economista Waldir José de Quadros, da Universidade de Campinas (*apud* RAMIRO e CARVALHO ( 2002 p.95), mostrou que o trabalho por conta própria cresceu no Brasil ao mesmo tempo em que as possibilidades de emprego murcharam. Analisando os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD), Quadros descobriu que, entre 1992 e 1999, o número de trabalhadores não assalariados na classe média aumentou 20,5%. Nesse período, sua participação na renda nacional subiu 29,6%. Segundo o mesmo autor, a globalização obrigou a reduzir seus quadros em busca de eficiência. Mais gente portanto, terá de se virar como dono de negócios.

## **2.9. Características das micro e pequenas empresas**

Pensava-se, por muito tempo, que pequenas empresas deveriam utilizar as mesmas práticas administrativas das grandes corporações, dadas suas escalas. Ao contrário, LEONE ( 1999) apresenta que:

“as teorias utilizadas pelos gestionários correspondem todas a um enfoque da realidade das organizações. Os recentes autores em teorias de organização descreveram os paradigmas que estruturam nossa compreensão quanto ao funcionamento das organizações. Porém, cada uma dessas teorias contém limites ou riscos [...] que podem aparecer quando das utilizações ou mais compreensões”(p.94).

Como se pode verificar, a realidade das empresas de diferente porte são bem distintas, devendo existir teoria administrativa característica para a micro e pequena empresa, que propriamente não seja cópia das maiores, principalmente por não viver o mesmo cenário.

A dimensão da organização para a micro e pequena empresa gera um enfoque totalmente particular, por possuírem seus próprios problemas, suas próprias limitações e seu próprio contexto social.

Pode-se apresentar como o traço mais declarante de empresa de micro porte a identificação dos valores pessoais do sócio proprietário. Quando se analisa o desempenho de uma micro e pequena empresa, pode-se envolver juntamente, a eficácia da Pessoa Jurídica com a Pessoa Física do empresário, ou seja, os fatores pessoais afetam diretamente o andamento das atividades da empresa.

Como tem aumentado a atenção em relação a empresa de pequeno porte, principalmente pelo acréscimo de sua participação na economia nacional, diversos autores tem apresentado interesse nesse tema. Alguns trabalhos empíricos foram realizados tendo como objetivos a motivação dos empreendedores e os problemas ligados a condução de suas empresas (LEONE, 1999). Outros simplesmente enfocaram as dificuldades de gestão que os gerentes enfrentam diariamente (CHER, 1990).

O cenário bastante diversificado e a grande variedade de empresas atuantes no setor, tem gerado um amplo trabalho quando da prospecção de uma metodologia para gestão dessas empresas. Leone (1999) questiona se:

o sucesso de uma pequena empresa, ou seja, sua capacidade de sobreviver aos turbilhões de dificuldades periódicas que agitam o mundo, é devido ao acaso ou a uma espécie de porção mágica, mistura sábia de "ratios" e de equilíbrio financeiro, da qual os alquimistas da administração estão sempre procurando a fórmula (p.91)

Se o cenário for plenamente conhecido, facilita a compreensão dos problemas para melhor solucioná-los.

Pode-se distinguir as características das empresas de pequeno porte pela diferença que apresentam das de maior porte, cujas filosofias de administração já foram bastante difundidas. Apresentam-se a seguir, algumas dessas características.

As micro e pequenas empresas possuem administração centralizada, uma estrutura muito simples que necessita de quantidade menor de unidades ou funções administrativas, essa é a natureza das empresas desse porte. A satisfação dos familiares, empregados e proprietários são melhores atendidas quando não existe uma estrutura funcional sofisticada. LEONE, 1999) aponta que a fluidez das informações está diretamente associada às estruturas adotadas pelas pequenas e médias empresas; a inexistência de níveis hierárquicos intermediários permite o contato direto com e entre os empregados, o que facilita o desenvolvimento de informações muito importante; a utilização de nomes pessoais e o tratamento informal ilustram essa realidade. Essa aproximação ajuda a formação e a evolução de forte cultura organizacional na empresa, à medida que cada um possa progredir com esse crescimento (possibilidade de carreira e de aumento de salário).

O controle sobre o contexto em que está inserido é bastante frágil, tornando-o muito dependente e afetado pelos recursos oferecidos por ele.

O mercado incerto impulsiona o sócio-gerente da empresa a tomar decisões individualmente, principalmente por tais decisões poderem gerar muitas perdas. LEONE, 1999) esclarece que para o dirigente, é preferível agir só e guiado mais pela sua sensibilidade do que pelos meios técnicos de administração fornecidos pela ciência às empresas dotadas de uma organização administrativa sofisticada.

A maturidade organizacional é muito baixa. Não existe planejamento. Talvez por existir uma distância pequena entre o sócio proprietário e seus empregados, o que possibilita um redirecionamento momentâneo.

O trabalho de *marketing* é realizado diretamente segundo a intuição do sócio-gerente, dentro de estratégia de curto prazo. A centralização solicitada a tomada de decisões diariamente. Pela grande frequência e pelo alto número de variáveis no processo decisório, o tempo passa a ser curto, ocasionando a informalidade destes procedimentos.

Como o processo decisório é realizado por uma única pessoa, as atitudes tomadas são relacionadas diretamente a cadeia de valores do sócio-gerente, ou seja, passa a vigorar o perfil do dono. O dirigente se recusa a delegar funções, principalmente por não ter formalizado esses procedimentos. Fortemente implicado no seu negócio, sua direção é pessoal e efetiva, exercendo seu poder de gestão e de controle de maneira que os objetivos da empresa sejam determinados pelos seus próprios objetivos (LEONE, 1999).

Tratando-se de atuações somente de curto prazo, decisões que aparentemente traduzem grandes sucessos momentâneos podem levar resultados de longo prazo não desejáveis para a empresa.

O sócio-gerente deve agir com mais racionalidade, retirando os aspectos sentimentais. Segundo LEONE (1999):

“O patrão MPE (micro e pequena empresa) é um homem de três cérebros: de uma parte, é um Homem Econômico interessado em resultados; de outra, um Homem Político que procura consolidar seu poder ou pelo menos conserva-

lo; por fim, um Pater Famílias que, como todos os pais de família, tenta ajudar seus filhos". (p.93).

Existe um relacionamento entre patrão e empregado que ultrapassa a fronteira profissional, envolve-se freqüentemente com problemas pessoais de seus subordinados. A adoção do comportamento paternalista afeta a gestão racional do negócio. O proprietário tem como objetivo em sua empresa sua aspiração pessoal, tornando-se eficaz, quando do atingimento da mesma. Pode-se dizer que a Pessoa Jurídica é substituída pela Pessoa Física do proprietário em muitas situações, traduzindo identidade total. Se a vida pessoal do proprietário vai bem, o negócio é favorecido, caso contrário, fatores particulares podem afetar negativamente.

## **2.10. A Contabilidade Para as Pequenas Empresas**

A contabilidade originou-se da necessidade de controlar o patrimônio dos empreendimentos econômicos e mensurar os resultados obtidos a partir do gerenciamento. A medida que os empreendimentos foram crescendo, essa apuração que a princípio foi feita de maneira simples, foi aperfeiçoando sua forma, porque toda transformação de uma realidade requer modificação da maneira de relatar.

A informação contábil tem como objetivo respaldar o processo de tomada de decisão daqueles que dela fazem uso e, como tal, precisa ser adequada ao modelo de decisão de cada usuário.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade, NBCT1 (2004) são características da informação contábil:

2.10.1. – As informações geradas pela contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

2.10.2. – A informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, prognósticos, descrições críticas ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos em legislação.

2.10.3. – Os usuários são pessoas físicas ou jurídicas com interesse na entidade, que se utilizam das informações contábeis desta para seus próprios fins, de forma permanente ou transitória.

2.10.4. – Os usuários incluem, entre outros, os integrantes do mercado de capitais, investidores, presentes ou potenciais, fornecedores e demais credores, clientes, financiadores de qualquer natureza, autoridades governamentais de diversos níveis, meios de comunicação, entidades que agem em nome de outros, como associações e sindicatos empregados, controladores, acionistas ou sócios, administradores da própria Entidade, além do público em geral.

## **2.11. Diplomas Legais da Contabilidade**

A função básica de contabilidade é respaldada nos seguintes diplomas legais: Legislação Comercial e Empresarial, Lei de Falência, Lei das Sociedades por Ação, Código Civil, Legislação Tributária, SIMPLES, Legislação Previdenciária e Legislação Profissional.

### **2.11.1. Legislação Comercial e Empresarial**

O Código Comercial Brasileiro ( Lei 556, de 1850) consagrara a obrigatoriedade da escrituração contábil, estabelecendo em seu art.10 que “todos os comerciantes são obrigados a seguir uma ordem uniforme de escrituração e a ter os livros necessários para esse fim, além de encerrar anualmente um balanço patrimonial.” A escrituração deve ser procedida de forma regular, alcançando todas as operações, as quais devem ser registradas no Livro Diário (art.11) com individualização e clareza (art.12), “em forma mercantil e seguida a ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalo em branco, nem entrelinhas, borraduras, raspaduras ou emendas” (art.14).

Estabelecia, ainda, o Código Comercial, no art.20, que se algum comerciante se recusar a apresentar os seus livros quando judicialmente lhe for ordenado, *será compelido a sua apresentação de baixo de prisão.*

O Novo Código Civil brasileiro, em vigor desde 2003, unificou os diplomas civil e comercial, revogando o vetusto código de 1850. O novo diploma trata da função de contabilista no art. 1177, estabelecendo que “os assentos lançados nos livros ou fichas

do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, salvo se houver procedido de má fé, produzem os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.”

As regras sobre escrituração, presentes no Código de 1850, são, em linhas gerais, mantidas no novo Código, em capítulo próprio (IV) do Direito da Empresa, denominado “Da Escrituração”. Ratificando a obrigatoriedade da escrituração, o art 1179, em seu § 2º, dispensa da exigência o pequeno empresário. O Novo Código trata de maneira mais abrangente e mais detalhada a questão da Escrituração, não só dedicando-lhe um capítulo próprio, mas um volume maior de artigos ( do art. 1179 ao 1195). A escrituração será feita por contabilista legalmente habilitado, salvo se não houver nenhum na cidade ( art. 1182). Ressalte-se que não há mais a possibilidade de prisão pela não apresentação dos livros, mas sim sua apreensão judicial ( art. 1192) (Novo Código Civil, Lei 10.406/2002, em vigor a partir de 11.01.2003)

#### 2.11.2. Lei de Falência

A Lei de Falência - Decreto-Lei nº. 7.661/45 – ressalta a importância da escrituração contábil, punindo o empresário que não a fizer, com a perda do direito à concordata . A inexistência dos livros pode dar ensejo a crime falimentar (art. 186).

Art. 140. Não pode impetrar concordata:

I – o devedor que deixou de arquivar, registrar, ou inscrever no registro do comércio os documentos e livros indispensáveis ao exercício legal do comércio.

Não atendido esse requisito, o juiz ordenará a transformação da concordata em falência.

Art. 186 – Será punido o devedor com detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, quando concorrer com a falência alguns dos seguintes fatos:

- inexistência dos livros obrigatórios ou sua escrituração atrasada, lacunosa, defeituosa ou confusa;
- falta de apresentação do balanço dentro de 60 (sessenta) dias a data para o seu encerramento, à rubrica do juiz sob cuja jurisdição estiver o seu estabelecimento principal.

### 2.11.3. Lei das Sociedades por Ação

A Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, normatizando as demonstrações contábeis das Sociedades Anônimas, aplicáveis às demais sociedades, estabelece, em síntese:

- a) ao final de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, os seguintes demonstrativos:
- Balanço Patrimonial;
  - Demonstração de Resultado do Exercício;
  - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
  - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
  - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

### 2.11.4. Código Civil

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

### 2.11.5. Legislação Tributária

O Código Tributário Nacional, ao tratar da escrituração contábil, estabelece que os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos direitos tributários decorrentes das operações a que se refiram (art. 195, Parágrafo Único).

As empresas estão sujeitas à tributação com observância das leis comerciais e fiscais (art. 269). As optantes pelo Lucro Presumido, também obrigadas à escrituração contábil nos termos da legislação comercial, podem opcionalmente, para efeitos fiscais, proceder à escrituração apenas do Livro Caixa, *no qual deverá estar escriturada toda movimentação financeira, inclusive bancária* (Código Tributário Nacional, 2002).

Há de se observar, porém, que esta dispensa da escrituração contábil completa para as empresas optantes pelo lucro presumido produz efeitos unicamente para fins do Imposto de Renda, não se estendendo à legislação comercial, societária, previdenciária entre outras.

#### 2.11.6. SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

A Lei nº. 9.317, de 05/12/1996, em seu art. 7º., determina que a empresa enquadrada no SIMPLES proceda à escrituração de, no mínimo, os seguintes livros:

- a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira inclusive bancária;
- b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário.

Considerando as dificuldades para escriturar o Livro Caixa, na forma estabelecida pela Lei do SIMPLES, é recomendável que a empresa proceda à escrituração completa, inclusive o Livro Diário, de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, pois, assim, estará atendendo as exigências societárias, comerciais, fiscais e previdenciárias.

Observe-se ainda, que a empresa deverá manter em boa forma e guarda os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros, enquanto não-decorrido o prazo decadencial, que é de 5 anos, contados a partir do exercício em que ocorrer a entrega do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ.

#### 2.11.7. Legislação Previdenciária

A Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº. 3.807, de 26 de agosto de 1960) e o Regulamento da Organização e do Custeio Social (Decreto 2.173, de 5 de março de 1997), ao tratarem da escrituração contábil, determinaram que todas as empresas são obrigadas a “lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos” (art. 47, II).

#### 2.11.8. Legislação Profissional

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº. 563, de 28/10/93, publicada no DOU, de 30-12-83. aprovou a Norma NBCT2, que trata das Formalidades da Escrituração Contábil e entre outros procedimentos, assim estabelece:

- a) A escrituração será executada em moeda corrente nacional, em forma contábil, em ordem cronológica de dia, mês e ano, com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens e, ainda, com base em documentos probantes.
- b) A terminologia adotada deverá expressar o verdadeiro significado da transação efetuada, admitindo-se o uso de códigos e/ou abreviaturas de históricos.
- c) O Diário poderá ser escriturado por partidas mensais ou de forma sintetizada, desde que apoiado em registros auxiliares que permitam a identificação individualizada desses registros.

As formalidades inerentes às demonstrações Contábeis estão contidas nas NBCT 2.7 e NBCT 3, que trazem esclarecimentos importantes a elaboração do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos previstos em lei, definindo os seus conceitos, conteúdos e estruturas, as quais se acham transcritas neste Manual em item próprio.

A Resolução CFC Conselho Federal de Contabilidade, nº 803/70 aprovou o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC.

Segundo o Código de Ética Profissional em seu Art. 2º, são deveres dos contabilistas:

I – exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.

A missão do profissional de contabilidade é contribuir para o crescimento econômico do País, pelo fortalecimento de informações que contribuam para o bom gerenciamento, tanto das empresas sob sua responsabilidade quanto para o trabalho de todos os agentes interessados na vida dessas empresas.

## **2.12. Princípios Fundamentais da contabilidade**

O Conselho Federal de Contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando a conveniência de um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e para consolidar a aplicação e uso da contabilidade, na Resolução CFC nº. 774/94, de 16 de dezembro de 1994 resolveu aprovar em seu Art. 1º, o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade:

### **2.12.1. A Contabilidade Como Ciência Social**

A Contabilidade possui objeto próprio – o Patrimônio das Entidades – e consiste em conhecimentos obtidos por metodologia racional, com as condições de generalidade, certeza e busca das causas, em nível qualitativo semelhante às demais ciências sociais. A Resolução alicerça-se na premissa de que a Contabilidade é uma Ciência Social com plena fundamentação epistemológica. Por consequência, todas as demais classificações – método, conjunto de procedimentos, técnica, sistema, arte, para citarmos as mais correntes – referem-se a simples facetas ou aspectos da Contabilidade, usualmente concernentes à sua aplicação prática, na solução de questões concretas.

### **2.12.2. O Patrimônio Objeto da Contabilidade**

O objeto delimita o campo de abrangência de uma ciência, tanto nas ciências formais quanto nas factuais, das quais fazem parte as ciências sociais. Na Contabilidade, o objeto é sempre o PATRIMÔNIO de uma Entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro. O essencial é que o patrimônio disponha de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes, o que significa que a Entidade dele pode dispor livremente, claro que nos limites estabelecidos pela ordem jurídica e, sob certo aspecto, da racionalidade econômica e administrativa.

O Patrimônio também é objeto de outras ciências sociais – por exemplo, da Economia, da Administração e do Direito – que, entretanto, o estudam sob ângulos diversos daquele da Contabilidade, que o estuda nos seus aspectos quantitativos e

qualitativos. A Contabilidade busca, primordialmente, apreender, no sentido mais amplo possível, e entender as mutações sofridas pelo Patrimônio, tendo em mira, muitas vezes, uma visão prospectiva de possíveis variações. As mutações tanto podem decorrer da ação do homem, quanto, embora quase sempre secundariamente, dos efeitos da natureza sobre o patrimônio.

Por aspecto qualitativo do patrimônio entende-se a natureza dos elementos que o compõem como dinheiro, valores a receber ou a pagar expressos em moeda, máquinas, estoques de materiais ou de mercadorias, etc. A delimitação qualitativa desce, em verdade, até o grau de particularização que permita a perfeita compreensão do componente patrimonial. Assim, quando falamos em “máquinas”, ainda estamos a empregar um substantivo coletivo, cuja expressão poderá ser de muita utilidade, em determinadas análises. Mas a Contabilidade, quando aplicada a um patrimônio particular, não se limitará às “máquinas” como categoria, mas, dependendo das necessidades de controle poderá descer a cada máquina em particular e, mais ainda, aos seus pormenores de forma que sua caracterização evite a confusão com quaisquer outras máquinas, mesmo de tipo idêntico.

O atributo quantitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em valores, o que demanda que a Contabilidade assuma posição sobre o que seja “Valor”, porquanto os conceitos sobre a matéria são extremamente variados.

Do Patrimônio deriva o conceito de Patrimônio Líquido, mediante a equação considerada como básica na Contabilidade:

$$(\text{Bens} + \text{Direitos}) - (\text{Obrigações}) = \text{Patrimônio Líquido}$$

Quando o resultado da equação é negativo, convencionou-se denominá-lo de “Passivo a Descoberto”.

O Patrimônio Líquido não é uma dívida da Entidade para com seus sócios ou acionistas, pois estes não emprestam recursos para que ela possa ter vida própria, mas, sim, os entregam, para que com eles forme o Patrimônio da Entidade.

O conhecimento que a Contabilidade tem do seu objeto está em constante desenvolvimento, como, aliás, ocorre nas demais ciências em relação aos respectivos objetos. Por esta razão, deve-se aceitar como natural o fato da existência de possíveis

componentes do patrimônio cuja apreensão ou avaliação se apresenta difícil ou inviável em determinado momento.

### 2.12.3. Os Princípios Fundamentais de Contabilidade

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Os princípios constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância. No caso da Contabilidade, presente seu objeto, seus Princípios Fundamentais de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem, as finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, sua localização, expressividade e quaisquer outros qualificativos, desde que gozem da condição de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes.

Nos princípios científicos jamais pode haver hierarquização formal, dado que eles são os elementos predominantes na constituição de um corpo orgânico, proposições que se colocam no início de uma dedução, e são deduzidos de outras dentro do sistema. Nas ciências sociais, os princípios se colocam com axiomas, premissas universais e verdadeiras, assim admitidas sem necessidade de demonstração, ultrapassando, pois, a condição de simples conceitos.

O atributo da universalidade permite concluir que os princípios não exigiriam adjetivação, pois sempre, por definição, se referem à Ciência da Contabilidade no seu todo. Dessa forma, o qualificativo “fundamentais” visa, tão-somente, a enfatizar sua magna condição. Esta igualmente elimina a possibilidade de existência de princípios identificados, nos seus enunciados, com técnicas ou procedimentos específicos, com o resultado obtido na aplicação dos princípios propriamente ditos a um patrimônio particularizado. Assim, não podem existir princípios relativos aos registros, às demonstrações ou à terminologia contábeis, mas somente ao objeto desta, o Patrimônio. Os princípios, na condição de verdades primeiras de uma ciência, jamais serão diretivas de natureza operacional, característica essencial das normas – expressões de direito positivo, que a partir dos princípios, estabelecem ordenamentos sobre o “como fazer”, isto é, técnicas, procedimentos, métodos, critérios, etc., tanto nos aspectos substantivos,

quanto nos formais. Dessa maneira, alcança-se um todo organicamente integrado, em que, com base nas verdades gerais, se chega ao detalhe aplicado, mantidas a harmonia e coerência do conjunto.

Os princípios simplesmente são e, portanto, preexistem às normas, fundamentando e justificando a ação, enquanto aquelas a dirigem na prática. No caso brasileiro, os princípios estão obrigatoriamente presentes na formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade, verdadeiros pilares do sistema de normas, que estabelecerá regras sobre a apreensão, o registro, relato, demonstração e análise das variações sofridas pelo patrimônio, buscando descobrir suas causas, de forma a possibilitar a feitura de prospecções sobre a Entidade e não podem sofrer qualquer restrição na sua observância.

Os princípios refletem o estágio em que se encontra a Ciência da Contabilidade, isto é, a essência dos conhecimentos, doutrinas e teorias que contam com o respaldo da maioria dos estudiosos da Contabilidade. É evidente que, em muitos aspectos, não há como se falar em unanimidade de entendimento, mas até em desacordo sobre muitos temas teórico-doutrinários. Temos uma única ciência, mas diversas doutrinas. Entretanto, cumpre ressaltar que tal situação também ocorre nas demais ciências sociais e, muitas vezes, até mesmo nas ciências ditas exatas.

Em termos de conteúdo, os princípios dizem respeito à caracterização da Entidade e do patrimônio, à avaliação dos componentes deste e ao reconhecimento das mutações e dos seus efeitos diante do Patrimônio Líquido. Como os princípios alcançam o patrimônio na sua globalidade, sua observância nos procedimentos aplicados resultará automaticamente em informações de utilidade para decisões sobre situações concretas. Esta é a razão pela qual os objetivos pragmáticos da Contabilidade são caracterizados pela palavra “informação”.

#### 2.12.4. Dos Objetivos da Contabilidade

A existência de objetivos específicos não é essencial à caracterização de uma ciência, pois, caso o fosse, inexistiria a ciência “pura”, aquela que se concentra, tão-somente, no seu objeto. Aliás, na própria área contábil, encontram-se muitos pesquisadores cuja obra não apresenta qualquer escopo pragmático, concentrando-se na Contabilidade como ciência. De qualquer forma, não há qualquer dificuldade na delimitação dos objetivos da Contabilidade no terreno científico, a partir do seu objeto,

que é o Patrimônio, por estarem concentrados na correta representação deste e nas causas das suas mutações.

O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob ótica pragmática, a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas, e outros meios.

O tema, tão claro no quadrante científico, comporta comentários mais minuciosos quando direcionado aos objetivos concretos perseguidos na aplicação da Contabilidade a uma Entidade em particular. Assim, ouve-se com frequência dizer que um dos objetivos da Contabilidade é o acompanhamento da evolução econômica e financeira de uma Entidade. No caso, o adjetivo “econômico” é empregado para designar o processo de formação de resultado, isto é, as mutações quantitativo-qualitativas do patrimônio, as que alteram o valor do Patrimônio Líquido, para mais ou para menos, corretamente conhecidas como “receitas” e “despesas”. Já os aspectos qualificados como “financeiros” concernem, em última instância, aos fluxos de caixa.

Cumpra também ressaltar que, na realização do objetivo central da Contabilidade, defronta-se, muitas vezes, com situações nas quais os aspectos jurídico-formais das transações ainda não estão completa ou suficientemente dilucidados. Nesses casos, deve-se considerar o efeito mais provável das mutações sobre o patrimônio, quantitativa e qualitativamente, concedendo-se prevalência à substância das transações.

#### 2.12.5. Das informações Geradas pela Contabilidade

De forma geral, no âmbito dos profissionais e usuários da Contabilidade, os objetivos desta, quando aplicada a uma Entidade particularizada, são identificados com a geração de informações, a serem utilizadas por determinados usuários em decisões que buscam a realização de interesses e objetivos próprios. A precisão das informações demandadas pelos usuários e o próprio desenvolvimento de aplicações práticas da Contabilidade, dependerão, sempre, da observância dos seus Princípios, cuja aplicação à solução de situações concretas deverá considerar o contexto econômico, tecnológico,

institucional e social em que os procedimentos serão aplicados. Isso significa, com grande frequência, o uso de projeções sobre os contextos em causa, o que muitos denominam de visão prospectiva nas aplicações contábeis.

As informações quantitativas que a Contabilidade produz, quando aplicada a uma Entidade, devem possibilitar ao usuário avaliar a situação e as tendências desta, com o menor grau de dificuldade possível. Devem pois, permitir ao usuário, como participante do mundo econômico:

- observar e avaliar o comportamento;
- comparar seus resultados com os de outros períodos ou Entidades;
- avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos;
- projetar seu futuro nos marcos políticos, sociais e econômicos em que se insere.

E tudo isso, para que o usuário possa planejar suas próprias operações. Os requisitos referidos levam à conclusão de que deve haver consistência nos procedimentos que a Entidade utiliza em diferentes períodos e, tanto quanto possível, também entre Entidades distintas que pertençam a um mesmo mercado, de forma que o usuário possa extrair tendências quanto à vida de uma Entidade e à sua posição em face das demais Entidades ou mesmo do mercado como um todo. Tal desiderato é extremamente incentivado pelo sistema formal de normas, cuja coerência estrutural é garantida pela observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e seus ordenamentos aplicados. Evidentemente o preceito em análise, conhecido por “consistência”, não constitui princípio da Contabilidade, mas regra técnico-comportamental. Tanto isso é verdade que procedimentos aplicados, mesmo fixados como norma, podem ser alterados em função das necessidades dos usuários ou mesmo da qualidade dos resultados da sua aplicação, enquanto que os princípios que os fundamentam permanecem inalterados.

#### 2.12.6. Dos Usuários da Contabilidade

Os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.

Os usuários internos incluem os administradores de todos os níveis, que usualmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da Entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional. Já os usuários externos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos, expressos nas demonstrações contábeis.

Em países com um ativo mercado de capitais, assume importância ímpar a existência de informações corretas, oportunas, suficientes e inteligíveis sobre o patrimônio das Entidades e suas mutações, com vista à adequada avaliação de riscos e oportunidades por parte dos investidores, sempre interessados na segurança dos seus investimentos e em retornos compensadores em relação às demais aplicações. A qualidade dessas informações deve ser assegurada pelo sistema de normas alicerçado nos Princípios Fundamentais, o que torna a Contabilidade em verdadeiro catalisador do mercado de ações.

O tema é vital e, por consequência, deve-se manter vigilância sobre o grau em que os objetivos gerais da Contabilidade aplicada a uma atividade particularizada estão sendo alcançados. O entendimento das informações pelos próprios usuários pode levá-los a conclusão da necessidade de valer-se dos trabalhos de profissionais da Contabilidade.

A contabilidade possui um conjunto de normas e técnicas que permite ao profissional de contabilidade o pleno exercício de sua profissão de forma a contribuir de maneira decisiva para o sucesso dos empreendimentos.

### **2.13. O Ciclo de Vida Organizacional e a Importância da Contabilidade**

Quando se procede ao estudo do ciclo de vida das organizações, não se encontra um modelo ou referencial padrão que possa ser aplicado a estas sem se correr o risco da especificidade de cada caso. Isso motivou o delineamento de estudo desde tópico, qual seja, o entendimento do ciclo de vida.

No que consiste o ciclo de vida das organizações?

Assim como os seres humanos, as organizações existem como organismos vivos para satisfazer às necessidades das pessoas que as compõem, as quais, uma vez traduzidas, constituem-se nos desejos das organizações. A partir disso, e de forma

bastante simples, pode-se inferir que, satisfeita determinada necessidade, essa torna-se obsoleta.

Fazendo uma analogia do que se disse anteriormente com relação ao ciclo de vida das organizações, cada período da vida de uma empresa é composto por uma série de características a serem identificadas. À medida que surgem novas características capazes de substituir as anteriores, estas tornam-se, então, obsoletas. Nisto constitui-se o ciclo de vida: à medida que a organização altera suas características, pode-se afirmar que está, também, mudando de fase em seu processo de desenvolvimento, em seu ciclo de vida.

De acordo com Lezana (1996), o processo evolutivo de uma empresa compreende uma série de etapas que devem ser superadas, desde a criação da empresa se transformar numa instituição efetivamente consolidada. Por analogia à evolução dos seres vivos, este processo tem sido denominado Ciclo de Vidas das Organizações.

As empresas, independente de seu porte, passam por fases de desenvolvimento, as quais são normalmente denominadas de ciclos de vida. A cada fase do ciclo, a empresa enfrenta novas e diferentes situações. Kaufmann (1990) observa que, a cada passagem de um estágio para outro, enfrenta verdadeiras crises de crescimento ou crises de passagem.

Há autores, como é o caso de Marques (1994), por exemplo, que atribuem ao ciclo de vida das organizações à denominação de estágios de desenvolvimento organização, isto porque existem dois elementos na vida de uma empresa: o crescimento e o desenvolvimento. O crescimento está, via de regra, ligado à idéia de incrementos quantitativos no volume de atividades e transações de uma organização. Já o desenvolvimento organizacional diz respeito a uma progressão qualitativa na satisfação das necessidades dos clientes.

Marques (1994) ressalta que a vida das organizações apresenta um razoável grau de semelhança com o ciclo de vida dos organismos vivos: nascem, têm infância e adolescência, atingem a maioridade, envelhecem e morrem. Explica que, ainda que sejam semelhantes a vida das organizações e a dos seres humanos, há uma diferença bastante visual entre elas: o ser humano tem suas fases de vida caracterizadas pelo tempo (idade) e as organizações são menos previsíveis, ou seja, no indivíduo a

adolescência começa, geralmente, aos treze anos, já nas organizações, a infância ou adolescência não têm uma idade certa para começar. Assim, é importante advertir que tamanho e tempo não são causas de crescimento e envelhecimento e que as organizações possuem ciclos de vida como os seres vivos.

Em suma, o ciclo de vida é um conjunto de fases ou etapas que uma empresa pode atravessar durante sua vida, caracterizadas, normalmente, por nascimento, crescimento, expansão ou desenvolvimento e maturidade. Ainda que se alterem as denominações, a maioria dos estudos sobre o ciclo de vida contempla estes estágios.

Vale dizer que sair de um estágio e adentrar outro deve ser a busca de toda organização, já que isto permite e dá a característica de sobrevivência. No entanto, esta passagem de estágio estará sempre marcada pelo melhor desempenho organizacional conseguido no processo de satisfação das necessidades dos clientes que interagem com e na empresa, sejam eles internos ou externos. De outra forma: a empresa terá de enfrentar os embates e as dificuldades normais surgidos em cada uma destas etapas, bem como os problemas de transição quando da passagem para uma nova fase do seu desenvolvimento.

É importante ressaltar também que, seja qual for a maneira de se visualizar o ciclo de vida de uma organização, algumas características serão comuns e imprescindíveis. Entre elas: o novo estágio ou a nova fase será sempre mais avançada e complexa que a anterior; o novo estágio requererá sempre nova postura gerencial; as estratégias utilizadas para a obtenção do êxito na fase anterior dificilmente poderão ser aplicadas na nova fase.

Acredita-se que estas características associadas às definições apresentadas tenham ajudado a compreender o ciclo de vida. No entanto, somente entender o que é ou caracterizar o ciclo de vida organizacional não é suficiente, é necessário também entender seu funcionamento.

### 2.13.1. Os Diversos Modelos de Ciclo de Vida Organizacional

A literatura apresenta algumas formas diferenciadas de se conhecer o ciclo de vida das organizações. De início, apresentam-se algumas das principais abordagens de modelos de ciclos de vida, conforme Tabela 2.

É importante salientar que, ainda que estas abordagens adotem nomenclaturas e números de estágios diferenciados, qualquer modelo de ciclo de vida abrange as fases que uma empresa atravessa durante sua vida, incluindo nascimento, crescimento, expansão ou desenvolvimento e maturidade.

Pode-se perceber que o desenvolvimento das organizações, em qualquer modelo apresentado, tem como plano de fundo o relacionamento entre dois fatores: flexibilidade e controlabilidade. A forma e o equilíbrio a serem atingidos entre estes itens é que caracteriza as fases ou etapas de cada um dos modelos de ciclo de vida organizacional.

Tabela 2 – Modelos Ciclo de Vida Organizacional

<i>Modelo</i>	<i>Autores</i>	<i>Período</i>	<i>Etapas / fases / Estágios</i>
Modelo Funcional	Scott e Bruce	1987	1. Início 2. Sobrevivência 3. Crescimento 4. Expansão 5. Maturidade
Estágios de Desenvolvimento	Luiz Kaufmann	1990	1. Nascimento 2. Crescimento 3. Maturação e institucionalização 4. Renovação
Modelo Gerencial	Mount, Zinger e Forsyth	1993	1. Empresa operada pelo dono 2. Transição para empresa administrada pelo dono 3. Empresa administrada pelo dono 4. Transição para uma Administração profissional Administração Profissirofissional
Estágios de Crescimento	Adizes	1993	1. Namoro 2. Infância 3. Toca-toca 4. Adolescência Plenitude
Processo Empresarial	Reynolds, Storey e Westhead	1994	1. Concepção 2. Gestão e nascimento 3. Infância e crescimento
Desenvolvimento Organizacional	Antônio Carlos F. Marques	1994	1. Estágio conceptual 2. Estágio organizacional 3. Estágio produtivo 4. Estágio caçador 5. Estágio administrativo 6. Estágio normativo 7. Estágio participativo Estágio inovativo

Fonte: Borinelli (1998:28)

Outro ponto importante é entender como funcionam o crescimento e o envelhecimento nas organizações. De forma bastante simples, pode-se atribuir o crescimento à capacidade da empresa de lidar com problemas maiores e mais complexos, enquanto o envelhecimento indica que há uma diminuição na capacidade de enfrentar problemas.

Borinelli (1998) discute as principais características de cada fase dos modelos enumerados na Tabela 2. Todavia, para evidenciar as características dos estágios do ciclo de vida por que passam as organizações, as escolhas Kaufmann deram-se se por um modelo que reúne um número menor de estágios e, ao mesmo tempo, elucida características bastante semelhantes aos demais modelos referenciados na Tabela 2.

### 2.13.2. O ciclo de vida organizacional segundo Kaufmann.

Para Kaufmann (1990), o processo de evolução de uma empresa ou ciclo de vida pode ser denominado de estágios de desenvolvimento. Tal ciclo contempla os seguintes estágios: nascimento; crescimento; maturação e institucionalização; e renovação.

#### a)- Nascimento

O estágio denominado nascimento corresponde à fase inicial e inevitável de toda organização. É o período em que um ou mais empreendedores reúnem recursos e talentos, constituem uma empresa e com ela dedicam-se a uma determinada atividade de mercado. Portanto, é nesta fase que a empresa terá sua primeira experiência, ainda que seus empreendedores já tenham vivido outras experiências.

Como elementos característicos a serem encontrados nesta fase podem-se destacar:

- as prioridades concentram-se em produzir e vender para, naturalmente, sobreviver;
- o processo de comunicação é simplificado e informal, conseqüentemente, direto e aberto;
- a estrutura administrativa é bastante pequena e também informal, limitando-se, normalmente, a uma distribuição de funções;

- o grau de burocratização é bastante pequeno, ou seja, o suficiente para fazer a empresa operar;
- a figura do empreendedor (ou dos empreendedores) é dominante e influencia no perfil da empresa, isto é, a definição do ritmo e do estilo de trabalho da empresa, dos riscos a serem assumidos, bem como as decisões a serem tomadas terão a participação pessoal do empreendedor.

É importante observar que Kaufmann, assim como outros autores relacionados na Tabela 2, não enumera em seu modelo estágios que contemplem as fases de transição de um estágio para outro, como fazem Adizes e Mount, Zinger e Forsyth. Pode-se inferir que isso ocorre porque nem sempre é nítida a divisão dos estágios. Mesmo assim, o modelo de Kaufmann apresenta algumas características que elucidam o momento de transição de uma fase do ciclo de vida para outra, como será visto na seqüência.

#### b)- Crescimento

No ciclo de vida da empresa, a passagem da fase nascimento para a crescimento é caracterizada pelo momento em que a empresa deixa de pensar somente na sobrevivência, para dedicar seus esforços a um crescimento acelerado. Por esta razão, o período de crescimento é marcado pelos seguintes fatores:

- cresce o número de empregados e, conseqüentemente, a necessidade de novas especializações funcionais;
- os profissionais são mais diversificados em termos de formação e experiências;
- as tarefas são mais complexas;
- surge a necessidade de um sistema de informações e, com ele, um maior grau de burocratização;
- o processo de comunicação já não é tão simples e informal, criando-se a necessidade de estruturas funcionais dotadas de um pouco de responsabilidade e autoridade;
- o empreendedor dedica seus esforços à moldagem e preservação da cultura da empresa, ou seja, a figura dominante da fase nascimento volta-se, agora,

para a transmissão, aos funcionários, de como quer que a empresa aconteça, distribuindo atribuições.

Quando as pessoas que fazem parte da organização perceberem que as características enumeradas acima estão em evidência e derem-se conta de que é importante trabalhar tais características, para que haja manutenção e institucionalização da empresa.

#### c)- Maturação e institucionalização

No terceiro estágio, o que caracteriza a empresa é o amadurecimento e a diversificação, por meio da exploração de novos produtos e mercados e, eventualmente, outros negócios ligados ou não à atividade inicial.

Neste período, as características mais visíveis são:

- estrutura organizacional e administrativa com forma e hierarquia mais definidas;
- implantação de unidades, divisões ou centros, com tendências para o surgimento de órgão de *staff* e assessorias;
- cargos, responsabilidades e autoridades formalizados e manualizados;
- processo de comunicação altamente formal;
- sistemas de informação (planejamento e controle) estruturado e formal;
- decisões são mais lentas, burocracia alta e tendência à perda de seu foco, direção e identidade.

A fase de manutenção apresenta uma particularidade, a qual tem uma importância relevante no processo do ciclo de vida: o problema da empresa do dono. Neste momento, a empresa ainda não é capaz de caminhar sozinha, mas também não tem dono se fazendo presente em todos os momentos, portanto a organização transcende a figura do dono.

Em função das características desta fase, anteriormente destacadas, a alta administração precisa conciliar o processo de gerenciamento e crescimento e do futuro. Acontece, porém, que a instituição acaba tendo sua continuidade dependente da capacidade de liderança de seus membros, os quais terão de comprometer-se com os seguintes desafios: tornar a estrutura forte de comprometer-se com os seguintes

desafios: tornar a estrutura forte e coerente; dotá-la de instrumentos e mecanismos de gestão eficazes; conferir personalidade própria à empresa; institucionalizar a cultura; e preservar os valores básicos.

A idéia central é que isto tudo seja criado para permanecer com passar dos anos, ou seja, para que a organização se torne madura e institucionalizada será preciso vencer os desafios listados.

#### d)- Renovação

Do estágio maturação ou institucionalização a empresa deve passar para o estágio renovação. Ao deparar-se com as características abaixo relacionadas, é hora de pensar na renovação:

- a empresa está profissionalizada e menos dependente dos talentos individuais de algumas poucas pessoas;
- o processo de planejamento e controle, bem como os sistemas, estão estruturados e os controles mais adequados;
- as pessoas vislumbram carreira dentro da organização, isto é, querem crescer com esta;
- personalidade própria, cultura interna e identidade externa deverão estar definidas e conhecidas;
- a burocracia merece cuidado especial ante o peso que tende a adquirir;
- as unidades de negócios possuem muita autonomia operacional e, em contrapartida, têm seus resultados avaliados com base no retorno sobre o investimento e geração de caixa;
- algumas funções de apoio são fortemente centralizadas e suas relações e as relações entre as diversas unidades são formais e difíceis; e
- há excessos de sistemas, de informações, de controles e de pessoas.

Uma vez identificadas estas características, a empresa deve preparar-se para atender na fase de renovação. Kaufmann (1990) afirma que a fase de renovação, na verdade, constitui-se em uma meia-volta no caminho do desenvolvimento da empresa. Esta meia-volta é uma retorno aos valores originais e ao espírito empreendedor que

possibilitaram, no passado, o acelerado crescimento da empresa, agora em torno de uma organização mais forte, mais estruturada, com personalidade e identidade próprias.

As características da fase renovação podem ser assim elencadas:

- busca de um modelo mais aberto de operação;
- colaboração interpessoal sobressaindo-se sobre a comunicação formal;
- responsabilidade coletiva em vez de autoridade pessoal;
- segurança da empresa para flexibilização, mudança de rumos, espaços à criatividade e à inovação; e
- mudança de cultura com visitas à redução de estruturas e funções, a fim de se ter decisões mais ágeis.

É importante ressaltar que as características discutidas em cada um dos estágios do modelo de Kaufmann (1990) são bastante semelhantes às características apresentadas nos modelos discutidos por Borinelli (1998) e que estas podem ser encontradas em todas as organizações. No entanto, muitas empresas não dedicam esforços em conhecer em que fase da vida se encontram.

Assim sendo, uma vez que se discutiu no que consiste o ciclo de vida organizacional, se identificou alguns modelos de ciclo de vida e também quais são as principais características de cada estágio, é possível traçar a relação existente entre o ciclo da vida organizacional e a Contabilidade.

### 2.13.3. A Relação Entre o Ciclo de Vida Organizacional e a Contabilidade.

A relação entre o ciclo de vida das organizações e a Contabilidade pode ser visualizada a partir dos seguintes aspectos:

- a) é possível verificar em que fase da vida a empresa se encontra por meio da análise das demonstrações contábeis;
- b) é possível verificar como a empresa trata ou deve tratar a relação custos, preço de venda e resultado conhecendo o ciclo da vida;
- c) a identificação do ciclo de vida no momento de se proceder ao planejamento empresarial pode dar mais segurança a este processo;

d) conhecer o ciclo de vida organizacional implica, como foi visto, entender como se dá o processo de gestão empresarial em cada uma das fases do ciclo e isto pode levar o profissional da Contabilidade a gerar informações mais completas e mais seguras.

Borinelli (1998), em sua Dissertação de Mestrado intitulada “A Identificação do Ciclo de Vida das Pequenas Empresas através das Demonstrações Contábeis”, procurou verificar a possibilidade de relacionar o ciclo de vida e os números contábeis. Em sua pesquisa, apresentou esta relação por meio dos índices, conforme espelha a Tabela 3.

**Tabela 3 – Relação entre os índices e o ciclo de vida**

<b>Ciclo de Vida</b>	<b>Índices</b>
<b>NASCIMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• baixo índice participação de capital de terceiros</li> <li>• alto índice composição do endividamento quanto aos recursos de terceiros de Curto Prazo</li> <li>• baixo índice imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não-correntes</li> <li>• liquidez geral melhor que liquidez corrente</li> </ul>
<b>CRESCIMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• equilíbrio entre o Capital de Terceiros e o Capital Próprio</li> <li>• alto Índice Composição do Endividamento quanto aos Recursos de Terceiros de Curto Prazo</li> <li>• baixo índice Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização dos Recursos não-correntes</li> <li>• vendas representativas no Giro do Ativo e Margem Líquida</li> <li>• alto índice de Líquida</li> </ul>
<b>EXPANSÃO OU DESENVOLVIMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capital de Terceiros e o Capital e o Capital Próprio</li> <li>• alto índice de Capital de Terceiros de Longo Prazo</li> <li>• alto índice Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização dos Recursos não-correntes</li> <li>• vendas menos representativas e lucro líquido mais representativo no índice Margem Líquida</li> <li>• alto índice de dívidas de Longo Prazo</li> </ul>
<b>MATURIDADE</b>	<p>índice Participação de Capital de Terceiros alto com tendência decrescente  alto valor para Patrimônio Líquido  alto índice de Liquidez seca  evolução positiva e crescente nos índices de Liquidez</p>

Fonte: Borinelli, 1998, p. 89.

Observa-se, inclusive com a utilização de estudos casos, que é possível identificar o ciclo de vida organizacional por meio dos números apresentados nas demonstrações contábeis. Determinados indicadores representam a fase ou a passagem de fases da

organização. Portanto, se a análise das demonstrações contábeis é uma tarefa importante realizada pela Contabilidade, procedê-la associando-se ao ciclo de vida pode se atribuir outro valor à informação contábil.

Com propósito semelhante, Goulart Júnior e Queiroz (2000) procuraram verificar o tratamento dado aos custos, preço de venda e lucro em cada uma das fases do ciclo de vida da organização. Apresentam um quadro de referências que trata desta relação. Denota-se que a cada fase do ciclo de vida a empresa dá tratamento diferenciado aos custos, preços de venda e, conseqüentemente, aos resultados. É interessante destacar que, conhecendo o ciclo de vida da empresa, pode-se definir qual a melhor modelagem de custos e preços a adotar. Por outro lado, identificando primeiramente o tratamento que dará aos custos e aos preços, a empresa conseguirá verificar em que fase da vida está. Portanto, pode-se notar que a Contabilidade e o ciclo de vida organizacional possuem contribuição recíproca.

Além da relação entre o ciclo e a modelagem de custeio e precificação, ciclo de vida e análise das demonstrações contábeis, o processo de planejamento é outro elemento que tem relação direta com o ciclo de vida.

Oliveira (1997) entende que o processo de planejamento estratégico compreende quatro fases: Diagnóstico Estratégicas; Missão de Empresas; Instrumentos Prescritivos e Quantitativos; e Controle e Avaliação.

Quando se estuda cada uma destas fases é muito visível a influência que o ciclo de vida tende a ter destas ou pode exercer sobre elas.

Na primeira fase, por exemplo, para se realizar o diagnóstico estratégico, é necessário fazer a análise interna e a análise externa da empresa. Esta fase é tratada como a fotografia da empresa, isto porque a análise interna visa a apontar os pontos fracos e pontos fortes da instituição e a análise externa detecta as oportunidades e ameaças.

Ao se pensar nesta fase na perspectiva do ciclo de vida organizacional, pode-se entender que o diagnóstico estratégico pode ajudar a definir em que fase da vida a organização se encontra. De forma contrária, também pode-se entender que, conhecendo o seu ciclo de vida, muitos pontos detectados nas análises interna e externa

poderão ser justificados pelas características que apresentam cada fase do ciclo, uma vez que, ainda que não se tenha um único modelo de ciclo de vida para todas as empresas, todos os modelos trazem, em sua essência, características muito semelhantes para cada fase.

A segunda etapa do planejamento, segundo Oliveira (1997), é a missão da empresa. Nesta fase do processo deve-se determinar, além da missão, os propósitos, que representam os compromissos para garantir o cumprimento da missão, a postura estratégica a ser adotada, bem como as macroestratégias e as macropolíticas.

Durante a discussão sobre ciclo de vida, pode-se verificar que a primeira fase é a de nascimento, e que nesta fase a empresa diz por que está vindo ao mundo. Ao se relacionar isto ao processo de planejamento, pode-se extrair que a compreensão e o conhecimento do ciclo de vida podem permitir à instituição determinar com mais facilidade os elementos desta fase do planejamento. Vale lembrar que no caso da missão propriamente dita, esta não é mudada a cada planejamento, mas sim revisada, uma vez que esta representa o horizonte de atuação da empresa e, certamente, este é um elemento de longo prazo.

No caso da postura estratégica, das macroestratégias e macropolíticas a serem adotadas, se não se considerar o momento que a empresa se encontra, pode-se incorrer em determinar elementos que não sejam possíveis de serem alcançados, em face das características da fase do ciclo que vive a empresa.

Adentrando-se à terceira etapa do planejamento, é hora de determinar à terceira etapa do planejamento prescritivos (objetivos, metas, desafios, planos, programas e políticas) e os instrumentos quantitativos, normalmente representados pelo orçamento empresarial. Depois de saber como está e estabelecer suas grandes ações, a empresa deve planejar as suas ações em nível tático, ou seja, em nível de áreas. Além disso, ela irá transformar estas ações em números a atingir, que correspondem ao orçamento. Mais uma vez, o ciclo de vida terá papel fundamental, pois se a empresa tiver conhecimento das características que norteiam a fase em que se encontra, ela poderá planejar alvos mais preciosos e possíveis de serem atingidos, considerando o seu momento atual. Também o ciclo de vida determina o nível de hierarquia existente em cada fase, tendo este necessariamente que ser considerado para efeitos de planejamento, especialmente

em nível de áreas.

De outra forma, pode-se também pensar que nesta etapa do planejamento, em função dos objetivos e planos a serem estabelecidos pela empresa, pode-se conseguir identificar em que fase do ciclo de vida esta está.

Finalmente, a etapa de Controle e Avaliação visa acompanhar a execução do planejamento, de modo a garantir a performance estabelecida como desejada. A relação desta fase com o ciclo de vida organizacional está, basicamente, no aspectos dos tipos de controles a serem utilizados. A cada etapa do ciclo são caracterizados níveis mais simples ou mais complexos de controle. Se, por exemplo, a empresa está numa fase de maturidade, em que não é mais administrativa pelo dono e sim por uma administração profissional, é possível que exista uma grande quantidade de controles que visam permitir à alta administração acompanhar o desenvolvimento das atividades empresarias.

Portanto, as características identificadas pelo ciclo de vida ajudarão a empresa a verificar as suas necessidades de controle para acompanhamento do planejamento.

Depois de enfatizado o papel do ciclo de vida no processo de planejamento, outro aspectos que merece ser analisado nesta relação da Contabilidade com o ciclo de vida organizacional diz respeito ao processo de gestão.

A contabilidade preocupa-se, quase que exclusivamente, com os usuários internos da informação contábil. Verificou-se também que a Contabilidade visa gerar informações para que seus usuários possam tomar suas decisões. Assim, pensando a Contabilidade numa visão sistêmica, foi visto que esta coleta dados, processa-os e os distribui na forma de informações para que as decisões sejam tomadas. Observando este processo, ainda que a Contabilidade comece a exercer sua função a partir dos dados, não dá para deixar de dizer que esta começa a ser organizada pelas decisões a serem tomadas. Isto quer dizer que, antes de qualquer coisa, a Contabilidade precisa saber quem são seus usuários e que decisões serão tomadas por eles para, só então, conseguir identificar que tipo de informações terá de gerar e quais dados serão necessários coletar e inserir no sistema para se chegar à informação desejada.

Em cada fase do ciclo da vida organizacional o processo de gestão tem

características diferentes. Por exemplo, na fase de nascimento, a empresa é, normalmente, operada pelo dono. Quando a empresa adentra a fase de crescimento, ela está num processo de transição de empresa operada pelo dono para empresa administrada pelo dono. Mais adiante, em outra fase, a empresa entrará num processo de empresa com administração profissional. Estas fases implicarão, certamente, modelos de gestão diferenciados. Assim sendo, é imprescindível que a Contabilidade, especialmente quando preocupada em gerar informações aos usuários internos, conheça o ciclo de vida organizacional para compreender que tipo de processo de gestão está vivendo a entidade naquele momento, para poder, então, informar de acordo com as necessidades requeridas pelo momento.

### **3. METODOLOGIA DO ESTUDO**

Neste capítulo são destacados os principais passos da metodologia utilizada para a preparação deste trabalho, que inclui planejamento, tipo de estudo, caracterização da população, plano amostral, instrumento e estratégia para a coleta de dados.

#### **3.1. Tipo de Estudo**

A pesquisa foi dividida em dois tipos:

##### **a) Pesquisa Bibliográfica**

Esta pesquisa foi realizada para dar suporte técnico ao trabalho desenvolvido.

No Referencial Teórico apresentado no Capítulo 2, procurou-se mostrar o que é micro e pequena empresa, suas características e sua importância na economia, bem como os fundamentos teóricos e legais de contabilidade e a relação entre o ciclo organizacional e a contabilidade.

Aproveitou-se a revisão da literatura para fazer-se algumas ponderações pertinentes ao item que estava sendo abordado, colocações estas que serão destacadas na Discussão dos Resultados.

##### **b) Pesquisa Descritiva**

Esta pesquisa visa a levantar opiniões do segmento dos contabilistas, descrito na caracterização da população, mais adiante.

Através desta pesquisa procura-se identificar os serviços contábeis que o profissionais de contabilidade têm realizado para as micro e pequenas empresas, no município de Nova Iguaçu.

### **3.2. Caracterização da População**

No Referencial Teórico, foi descrito como a contabilidade pode contribuir com informações vitais na gestão da micro e pequena empresa.

O segmento a ser pesquisado foi o contador ou técnico em contabilidade (contabilista).

Os contabilistas representam um segmento privilegiado como detentores de informações vitais sobre a situação fiscal, econômica, financeira e patrimonial da empresa.

Dentre os contabilistas que poderiam fazer parte da população, optou-se pelos que prestam serviços para as micro e pequenas empresas enquadradas no SIMPLES.

No presente trabalho, utilizou-se o termo contabilista tanto para contador como técnico em contabilidade.

Além disso foi preciso definir a região geográfica, optando-se pelo município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, no qual exerce atividades profissionais.

Isto posto, a população objeto da pesquisa fica assim definida:

Os elementos pesquisados são os contabilistas das micro e pequenas empresas enquadradas no SIMPLES, localizados no município de Nova Iguaçu – RJ.

### **3.3. Plano Amostral**

A presente pesquisa busca conhecer os serviços contábeis prestados pelos profissionais de contabilidade as micro e pequenas empresas enquadradas no SIMPLES, no município de Nova Iguaçu – RJ.

Como a região geográfica definida na caracterização da população é muito extensa, foi optou-se pelo método não probabilístico simbolizado pela escolha da “amostra intencional”.

Entende-se por amostra intencional, neste trabalho aquela amostra obtida através de elementos disponíveis para responder o questionário da pesquisa. Os contabilistas são procurados ao acaso e aqueles que se comprometem a colaborar são selecionados.

Com o método que será utilizado é não probabilístico não serão feitas inferências estatísticas a partir do resultado da amostra, conseqüentemente o tamanho da amostra não será determinada estatisticamente, e sim, pelas oportunidades encontradas na população disponível para consulta.

### **3.4. Instrumento para Coleta de Dados**

O instrumento utilizado para coleta dos dados foi o questionário

– Estratégia para Coleta de dados

Os questionários foram distribuídos apenas para 96 pessoas que preenchiam os requisitos para participar da amostra (contadores e técnicos em contabilidade), a essas pessoas era solicitado colaborar com a pesquisa e, além de responder o questionário, também convencer outros profissionais contábeis a responder o questionário.

### **3.5. Limitações**

A presente pesquisa encontra limitações pois utilizando-se do modelo não probabilístico o ideal seria conseguir o maior número possível de elementos para compor a amostra, mas apesar de tudo, o índice de devolução do questionário não chegou a 80%.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa foi desenvolvida, segundo a metodologia proposta, por meio da aplicação de questionários respondidos pelos contabilistas no município de Nova Iguaçu – RJ.

No município de Nova Iguaçu, existiam, no momento da pesquisa 986, profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro e 96 profissionais responderam ao questionário. Como foi mencionado, não foi feita a distinção, entre contador e técnico em, contabilidade, levando em conta que estes profissionais prestem serviços para micro e pequenas empresas optantes pelo SIMPLES.

### **4.1 – Perfil da População Pesquisada**

A representatividade de contadores é mais marcante que as de técnico em contabilidade.

Os contadores representam 80% dos pesquisados enquanto os técnicos em contabilidade 20% dos pesquisados.

### **4.2. Tempo de Serviço**

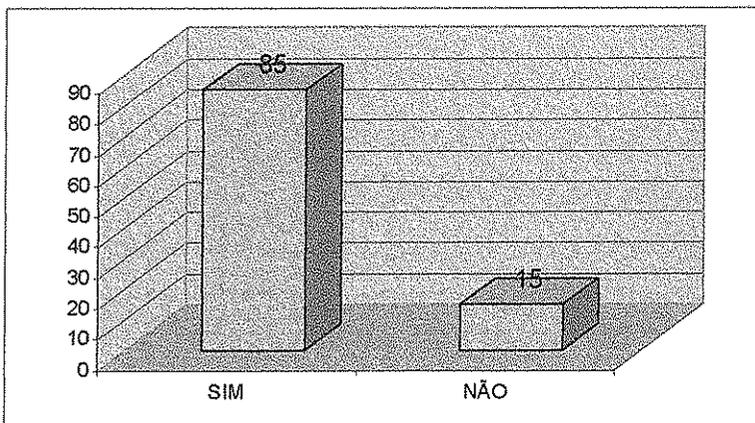
Os pesquisados apresentam um tempo médio de serviço às micro e pequenas empresas de aproximadamente 6,5 anos.

Este fato indica uma certa constância na prestação dos serviços contábeis para micro e pequenas empresas, até mesmo em razão da temporalidade de vidas destas empresas.

### **4.3. Se exerce outra atividade profissional além de contabilista.**

Dentre os entrevistados 85% exerce outra atividade profissional além de contabilista, enquanto 15% exerce apenas a atividade profissional de contabilista, conforme pode ser observado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Exerce outra Atividade Profissional



#### 4.4. Serviços Contábeis

##### Grau de Informatização

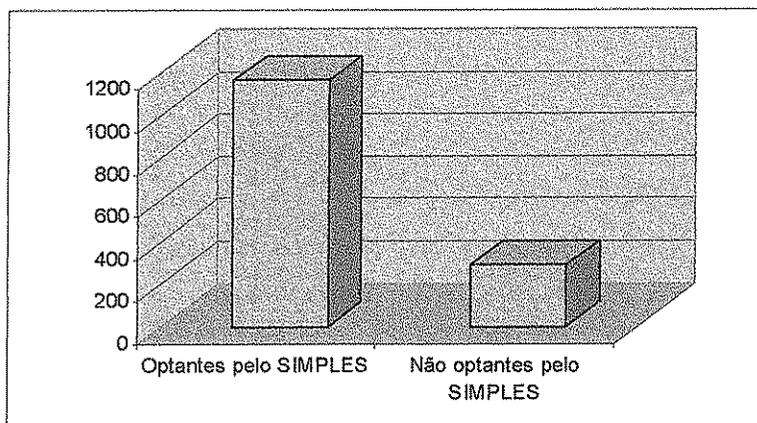
Cerca de 87% dos contabilistas entrevistados tem domínio de informática, ou seja, presta seus serviços utilizando-se de computadores. Esta marca é um fato animador já que para o sistema contábil funcionar com bom aproveitamento é exigido destes profissionais um alto grau de informatização em seus serviços.

**Para quantas micro e pequenas empresas presta serviço e quantas delas são optantes pelo SIMPLES?**

Os profissionais pesquisados atendem a 1.446 micro e pequenas empresas, das quais 1.158 são optantes pelo SIMPLES.

Total das micro e pequenas empresas atendidas: 1.446

Gráfico 7 – Optantes pelo SIMPLES



**Quais os serviços prestados às micro e pequenas empresas optantes pelo simples, pelos profissionais pesquisados?**

1 – Escrituração fiscal -	86%
2 – Escrituração contábil -	39%
3 – Imposto de Renda Pessoa Jurídica -	98%
4 – Registro de empregados/toda rotina pessoal -	97%
5 – Análise de balanço -	2%
6 – Perícia contábil -	1%
7 – Planejamento fiscal -	3%
8 – Constituição e Alteração Contratual -	98%
9 – Avaliação de Empresa -	1%
10 – Gestão empresarial -	2%
11 – Análise de custos -	1%
12 – Planejamento financeiro -	1%

Pelos dados levantados, observa-se que a maior ênfase dos serviços tem se concentrado nos de natureza fiscal, principalmente aqueles relacionados ao Imposto de Renda.

Você elabora relatórios que auxiliam diretamente seus clientes optantes pelo SIMPLES na gestão dos negócios? Caso responda SIM, quais os relatórios e com que frequência?

**SIM – 16%**

**NÃO – 84%**

#### 4.7. Quais os tipos de relatórios?

1 – Balanço Patrimonial -	5%
2 – Demonstração do resultado -	7%
3 – Fluxo de Caixa -	1%
4 – Orçamentos Empresariais -	1%
5 – Gestão de Estoques -	3%
6 – Balancetes -	10%
7 – Relatórios de Comportamento das Despesas em Relação as Vendas -	2%
8 – Formação de preço -	1%

#### Com que frequência apresenta esses relatórios?

Semanal -	0%
Mensal -	3%
Trimestral -	1%
Semestral -	3%

Anual - 15%

Eventualmente - 65%

**As empresas optantes pelo SIMPLES contratam serviços de contabilidade?**

**SIM – 26%**

**NÃO – 74%**

**Você acha que as micro e pequenas empresas deveriam fazer contabilidade?**

**SIM – 65%**

**NÃO – 35%**

**As micro e pequenas empresas, suas clientes, são orientadas por você sobre a importância de ter uma contabilidade para planejamento, controle e segurança financeira?**

**SIM – 46%**

**NÃO – 54%**

**Entre os fatores em sua opinião que mais contribui para mortalidade das micro e pequenas empresas são:**

1 - Desconhecimento do negócio 12%

2 – Ausência de políticas públicas 5%

3 – Capacitação Gerencial 28%

4 – Ausência de Consultoria 69%

5 – Planejamento prévio à abertura do negócio 36%

6 – Gestão Empresarial	16%
7 – Conjuntura Econômica	78%
8 – Carência do Uso da Contabilidade como Instrumento no processo da tomada de decisão	31%

Pode-se constatar que a maioria das micro e pequenas empresas, clientes dos profissionais pesquisados, optaram pelo SIMPLES, embora a adesão não seja obrigatória. O fato de não aderir significa sujeitar-se às regras fiscais vigentes para as demais empresas a que como já foi ressaltado, independente de opção fiscal realizada pela empresa o Sistema Contábil torna-se obrigatório, o que é objeto da pesquisa. A causa da não-adesão por parte dos clientes não optantes, não foi interrogada.

Segundo a legislação profissional, somente o contador e o técnico em contabilidade podem ser responsáveis pela contabilidade de uma empresa independente de sua opção tributária.

Ocorre que, quando os serviços prestados pelo profissional contábil não se restringe aos aspectos de natureza tributária e sim ao sistema contábil com um todo que o fiscal faz parte deste.

A partir das informações colhidas, é possível constatar que:

Os serviços contábeis são vistos de forma segmentada e não de forma sistêmica, pois segundo a grande maioria dos profissionais pesquisados, são poucas as empresas que realmente fazem os registros contábeis, principalmente aquelas optantes pelo SIMPLES, limitando-se apenas à escritura fiscal.

São poucas as empresas que utilizam os serviços de contabilidade para auxiliar na gestão de negócio.

Muitos profissionais afirmaram que as empresas optantes pelo SIMPLES não contratam os serviços de contabilidade, pois não estão obrigadas a fazê-lo. Entretanto o proprietário da empresa e o profissional contábil estão equivocados, pois a dispensa é somente no âmbito fiscal e, como foi visto anteriormente neste trabalho, todas as empresas estão obrigadas a escriturar seus livros contábeis, registrando seu movimento.

Ficou claro que muitas micro e pequenas empresas, por não conhecerem a utilidade de ter uma contabilidade voltada para sua gestão, procuram profissionais que prestam apenas para cálculo de impostos e suas obrigações assessoriais, declaração de imposto de renda por exemplo.

## 5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Ao se considerar os avanços ocorridos no processo de gerenciamento da micro e pequena empresa, questionou-se se o nível dos serviços contábeis tem contribuído como instrumento e gestão no processo de tomada de decisão por parte dos empreendedores. A questão de pesquisa contém a afirmativa de que os serviços prestados pelos profissionais de contabilidade não tem conseguido atingir de forma eficaz o gerenciamento de micro e pequenas empresas.

Segundo o referencial teórico, no qual foram apresentados conhecimentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, relativos a micro e pequenas empresas, SEBRAE, fundamentos legais e teóricos da ciência contábil e, a pesquisa descritiva realizada para levantar opiniões do segmento dos contabilistas, é lícito concluir que:

- Ficou constatado que os serviços prestados pelos profissionais de contabilidade no município de Nova Iguaçu – RJ, confirma a questão levantada como objeto da pesquisa.
- Ficou constatado que o grau de utilização das informações contábeis, pelas micro e pequenas empresas, ainda é extremamente limitado. Dois fatores evidenciaram-se como possíveis causas: falta de esclarecimento por parte dos dirigentes das micro e pequenas empresas e por parte dos próprios profissionais de contabilidade, e a utilidade da contabilidade como instrumento de gestão e controle. Os empreendedores das micro e pequenas empresas desconhecem a utilidade da contabilidade para fins do seu negócio.
- Conclui-se desta forma que há necessidade de que sejam desenvolvidos maiores estudos, focalizando a prática profissional contábil. Isso possibilitaria, com o conhecimento das informações coletadas, planejar a atuação do profissional de contabilidade nas micro e pequenas empresas que representam um nicho considerável de mercado para estes profissionais com maior diversificação dos serviços contábeis oferecidos.

A principal finalidade da pesquisa desenvolvida foi contribuir para a melhoria do desempenho profissional dos que exercem a profissão contábil. A recompensa pelo esforço dispendido em estudo desta ordem, é a possibilidade de abertura de novas pesquisas para contestá-lo ou para aprofundá-lo, pensando sempre em transformar a contabilidade num verdadeiro instrumento de gestão, e de geração de informações úteis, claras e tempestivas para a sociedade

## BIBLIOGRAFIA

BERGAMASCO, Claudia, Caixa em dia – Se você não sabe qual é o lucro e como anda a liquidez da empresa, é hora de melhorar a gestão financeira. **PEGN**, São Paulo, v., n., p. 64-65, novembro 2000.

BORINELLI, Márcio Luiz. **A identificação do ciclo de vida das pequenas empresas através das demonstrações contábeis**. Dissertação Mestrado em Engenharia de Avaliação e Inovação Tecnológica. Santa Catarina: UFSC, 1998.

BRASIL, Lei nº. 7.661 de 21.06.1945 – **Intitui a Lei de Falências**.

CHER, Rogério. **A gerência das pequenas e médias empresas**. São Paulo: Maltese, 1990.

CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO, ed. 1984, São Paulo: Saraiva, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE . RESOLUÇÃO CFC Nº 563 de 28 de outubro de 1983. Publicada no DOU, de 30-12-83.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE RESOLUÇÃO CFC Conselho Federal de Contabilidade, nº 803/70

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE RESOLUÇÃO CFC nº. 774/94, de 16 de dezembro de 1994.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 13ª. Ed. Porto Alegre> CRC/RS, 1998.

CUNHA, Rodrigo Vieira da. A migração do emprego. **VOCÊ S.A.**, São Paulo, v., n., p. 23-29, abril 2002.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU - de 06/12/96, pág. 25.973/7

FRANCO, Vera Helena de Mello (organizadora do Código Comercial); CARRAZA, Roque Antonio (organizador do Código Tributário Nacional). **Código Comercial, Código Tributário Nacional, Constituição Federal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

GOULART JÚNIOR, Rogério. QUEIROZ, Antonio Dionário de. Custeio e precificação no ciclo de vida das empresas: estudo de casos múltiplos. In: Congresso Brasileiro de Custos, VII. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Custo**. Recife: 2000. CD-ROM.

KAUFAMANN, Luiz. **Passaporte para o ano 2000: como desenvolver e explorar a capacidade empreendedora para crescer com sucesso até o ano 2000**. São Paulo: Makron: McGraw-Hill, 1990.

LEI Orgânica da Previdência Social - Lei nº. 3.807, de 26 de agosto de 1960- Disponível em : [www.mps.gov.br/01\\_03\\_03.asp](http://www.mps.gov.br/01_03_03.asp). Acesso em 15/04/2004.

LEONE, Nilda Maria de C.P.G. As especificidades das pequenas e médias empresas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 91-94, abril/junho 1999.

LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas; LANZA, Nébel del Socorro A. A Personalidade do

empreendedor e seus efeitos no ciclo da vida das empresas. In: **Anais do 2º Congresso Internacional de Engenharia Industrial & 16º Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Piracicaba, 1996. CD-ROM.

MARQUES, Antônio Carlos F. **Deterioração organizacional: como detectar e resolver problemas de deterioração e obsolescência organizacional**. São Paulo: Makron Books, 1994.

MICRO E PEQUENA EMPRESA 10. **Manual da micro e pequena empresa**. Disponível em <<http://www.micro e pequena empresa10.cjb.net>>. Acesso em: 11 de março de 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - **Relação de Informações Sociais – RAIS – TEM**, 2002.

NBCT1-DAS CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL – Disponível em : <http://www.portaldecontabilidade.com.br> Acesso em: 20/6/2004

NOVO CÓDIGO CIVIL. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. São Paulo: Atlas, 1997.

RAMIRO, Denise; CARVALHO, Adriana. Como e porque eles venceram. **VEJA**, São Paulo, v., n., p. 88-95, 03 de abril de 2002.

RODRIGUES, Sérgio Leopoldo. Depois da Tempestade. **PEGN**. São Paulo, v, n, p. 60-61, outubro 2001.

RESOLUÇÃO CFC nº. 563, de 28/10/93, publicada no DOU, de 30-12-83

SEBRAE. **As Micro e Pequenas Empresas no Comércio Exterior**. Sebrae, 1998.

\_\_\_\_\_. **Coletânea Estatística da Micro e Pequena Empresa**. Sebrae, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estudo da Mortalidade das Empresas Paulistas**. Sebrae-SSP. Dez, 1999

\_\_\_\_\_. **Fatores Condicionantes e Taxas de Mortalidade de Empresas**. Sebrae, 1999.

\_\_\_\_\_. **Fatores Condicionantes da Mortalidade de Empresas – Pesquisa Piloto Realizada em Minas Gerais**, 1999.

\_\_\_\_\_. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pesquisa: fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas**, outubro 2000. Disponível em <http://www.SEBRAE.com.br>. Acesso em: 20 de junho de 2003.

\_\_\_\_\_. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **A micro e pequena empresa no Brasil**. 2002. Disponível em <http://www.SEBRAE.com.br>. Acesso em: 20 de junho de 2003.

SILVA, Ana Maria Leopoldo. O negócio é fazer show. **PEGN**, São Paulo, v., n., p.53-57, agosto 2000.

SOUZA, Lázaro Evair. As lições dos pecadores. **PEGN**, São Paulo, v., n., p. 18-19, 2000.

## **ANEXO**

### **QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

**DE MESTRANDO: Arlindo de Oliveira Freitas**

**PARA: Contabilistas (Contadores / Técnicos em Contabilidade)**

Este questionário pretende identificar os serviços de natureza contábil que estão sendo prestados as Micro e Pequenas Empresas no município de Nova Iguaçu. Ele faz parte do escopo do meu trabalho de Curso de Mestrado em Gestão e Estratégia Empresarial da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

Trata-se de uma pesquisa sobre a utilização dos Serviços Contábeis para as Micro e Pequenas Empresas como instrumento indispensável para aumentar o ciclo de vida destas empresas.

Os dados e informações fornecidas não serão analisadas isoladamente: O tratamento será global.

Sua colaboração será de inestimável valor para o sucesso deste trabalho.

Obrigado por colaborar.

## INSTRUÇÕES AOS CONTABILISTAS

O presente questionário deverá ser respondido pelo Contador(a) ou Técnico em Contabilidade

Para este questionário *não existem respostas certas ou erradas*. A alternativa escolhida deverá retratar a realidade existente. A ordem em que as questões aparecem no questionário não reflete seu grau de importância. Portanto, é fundamental que *todas* sejam respondidas.

Desde já está assegurado o **SIGILO TOTAL** das respostas individuais. O trabalho final divulgará apenas dados agrupados, resguardada a individualidade.

**PESQUISA - PERÍODO: 06/02/2004 À 16/02/2004**

**Favor preencher os campos numerados, no lado direito de cada questão, conforme a codificação apresentada em cada caso.**

**BLOCO 1: Perfil do Pesquisado**

1 – Categoria profissional/Formação Acadêmica

1 – Contador

2 – Técnico em Contabilidade

 1

2 – Tempo de Serviço

1 – até 3 anos

2 – de 4 anos até 6 anos

3 – de 7 anos até 9 anos

4 – de 10 anos até 12 anos

5 – acima de 13 anos

 2

3 – Exerce outra atividade profissional além de contabilista

1 – Sim

2 – Não

 3

## BLOCO 2 – OS SERVIÇOS CONTÁBEIS

1 – Pensando nos serviços contábeis que podem ser informatizados. Qual o intervalo percentual que melhor representa o nível de informatização do seu escritório/empresa?

- 1 – 0%
- 2 – de 1% à 20%
- 3 – de 21% à 40%
- 4 – de 41% à 60%
- 5 – de 61% à 80%
- 6 – de 81% à 100%

2 – Para quantas micro e pequenas empresas presta serviço e quantas delas são optantes pelo SIMPLES?

Optante pelo SIMPLES       Não optante pelo SIMPLES

2 – Quais os serviços prestados as micro e pequenas empresas optantes pelo SIMPLES?

- 3.1 – Escrituração Fiscal
- 3.2 – Escrituração Contábil
- 3.3 – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
- 3.4 – Registro de Empregados (Adm/Dem/Folha Pgto.)
- 3.5 – Análise das demonstrações contábeis
- 3.6 – Perícia Contábil
- 3.7 – Planejamento Fiscal
- 3.8 – Planejamento financeiro
- 3.9 – Constituição e Alteração de Empresas
- 3.10 – Gestão Empresarial
- 3.11 – Análise de Custos
- 3.12 – Avaliação de empresas
- 3.16 – Planejamento Financeiro

4 – O(A) Sr(a) elabora relatórios que auxiliem **diretamente** à seus clientes na gestão de negócios?

1 – Sim

3 – Não (Vá para Bloco 3)

4.1 – Caso responda SIM, que tipos de relatórios?

1 – Balaço patrimonial

2 – Demonstração de resultado

3 – Fluxo de caixa

4 – Orçamentos empresariais

5 – Gestão de estoques

6 – Balancetes

7 – Relatório de Comportamento de Despesa e Receita

8 – Formação de preço

4.2 – Com que freqüência?

1 – Semanal

2 – Mensal

3 – Semestral

4 – Anual

5 – Eventual

5 – As empresas optantes pelo SIMPLES contratam serviços de contabilidade?

SIM

NÃO

6 – Você acha que as micro e pequenas empresas deveriam fazer contabilidade?

SIM

NÃO

7 – As micro e pequenas empresas, seus clientes, são orientados por você sobre a importância de ter uma contabilidade para planejamento, controle e segurança financeira?

SIM

NÃO

8 – Entre os fatores em sua opinião o que mais contribui para a mortalidade das micro e pequenas empresas são:

1 – Desconhecimento do negócio

2 – Ausência de políticas públicas

3 – Capacitação gerencial

4 – Ausência de consultoria

5 – Planejamento prévio à abertura do negócio

6 – Gestão empresarial

7 – Conjuntura econômica

8 – Carência do uso da contabilidade como instrumento no processo de tomada de decisão